



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

BOLETIM  **de**
CONJUNTURA 
DO RIO GRANDE DO SUL
V. 2 N. 1



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Ranolfo Vieira Júnior

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretário: Claudio Gastal

Secretária Adjunta: Izabel Matte

Subsecretário de Planejamento: Antonio Paulo Cargnin

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise Econômica: Vanessa Neumann Sulzbach

BOLETIM DE CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO SUL

V. 2, N. 1, outubro 2020

Porto Alegre, RS

Bol. Conj. RS	Porto Alegre	v. 2	n. 1	p. 1-33	out. 2020
---------------	--------------	------	------	---------	-----------

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

<https://dee.rs.gov.br/boletim-conjuntura>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)
R. Duque de Caxias, 1691
Porto Alegre - RS - 90010-281
Fone: (51) 3216-9000
E-mail: dee@planejamento.rs.gov.br
Homepage: <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi
Chefe da Divisão de Análise Econômica: Vanessa Neumann Sulzbach
Equipe Técnica: Fernando Ioannides Lopes da Cruz, Martinho Roberto Lazzari e Tomás Amaral Torezani
Colaborador do Box: Rodrigo Daniel Feix
Revisão Técnica: Andre Luis Contri e César Stallbaum Conceição
Revisão de Língua Portuguesa: Susana Kerschner
Normalização bibliográfica: Leandro De Nardi
Projeto Gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Boletim de conjuntura do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1, (2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2019- .
v. : il.

Trimestral.

1. Condições econômicas. 2. Economia Internacional. 3. Economia – Brasil. 4. Economia – Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 338.1

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

Publicação periódica trimestral que apresenta uma análise detalhada do desempenho da economia gaúcha no contexto dos mercados nacional e internacional.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1 ECONOMIA INTERNACIONAL	6
2 CENÁRIO INTERNO — BRASIL	11
2.1 ATIVIDADE ECONÔMICA	11
2.2 SETOR EXTERNO	14
2.3 INFLAÇÃO, CRÉDITO E JUROS	15
2.4 FINANÇAS PÚBLICAS	16
3 CENÁRIO INTERNO — RS	18
3.1 ATIVIDADE ECONÔMICA	18
3.2 SETOR EXTERNO	22
3.3 MERCADO DE TRABALHO	23
3.4 ARRECADAÇÃO DE ICMS	26
3.5 PERSPECTIVAS	27
BOXE	28
FRUSTRAÇÃO DE SAFRA E PREÇOS RECORDES DE GRÃOS NO RIO GRANDE DO SUL	28
PRINCIPAIS INDICADORES MENSAIS	31
REFERÊNCIAS	32

SUMÁRIO EXECUTIVO

A crise econômica decorrente da pandemia do novo coronavírus vem afetando o mundo desde o início de 2020 e tem-se mostrado como uma das piores crises desde a Grande Depressão. As economias nacionais sentiram, de maneira ampla e profunda, as consequências econômicas negativas e depressivas da pandemia, embora em *timings* diferentes. O epicentro da pandemia, primeiramente documentado na China, deslocou-se, posteriormente, para Europa, América do Norte, América Latina e, atualmente, encontra-se no continente asiático, notadamente na Índia. Enquanto a China registrou queda brusca da sua atividade econômica no primeiro trimestre do ano, mas com uma impressionante recuperação positiva no trimestre seguinte, as demais economias foram mais fortemente impactadas no segundo trimestre.

Ao contrário de crises anteriores, as atividades econômicas orientadas em serviços foram ainda mais impactadas do que as da manufatura. Apesar disso, o setor industrial também foi duramente atingido. Assim, tanto a produção industrial quanto o comércio global de bens sofreram duramente, embora de forma desigual entre as regiões.

A partir da reabertura gradual das economias, após os períodos mais restritivos de distanciamento social, e com a ajuda de medidas fiscais, monetárias e regulatórias por parte dos países, a atividade econômica geral começou a se recuperar mais rápido do que o previsto. Em outubro, embora ainda profundas, as projeções para o mundo, as economias avançadas, as economias emergentes e a China foram revisadas positivamente em relação às divulgadas em junho. A única exceção é a previsão para as economias emergentes exclusive China, que pioraram nos últimos meses.

Para o ano, o Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta que a atividade econômica global contrairá 4,4%, enquanto as economias emergentes exclusive China, classificação na qual o Brasil se inclui, deverão sofrer retração de 5,7%. A única exceção entre as grandes economias é a China, que deverá crescer 1,9% em 2020.

O processo de recuperação da economia brasileira após a recessão de 2014-16 foi interrompido em 2020, como consequência da pandemia de Covid-19, que desencadeou uma série de choques de oferta e demanda. Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, o Produto Interno Bruto (PIB) caiu 0,3% no 1.º trim./2020 e 11,4% no 2.º trim./2020. Diante

disso, seu nível retrocedeu cerca de 11 anos, retornando a patamares de 2009, antes mesmo da consolidação da recuperação cíclica após a última recessão.

Dentre os três grandes setores que compõem o Valor Adicionado Bruto (VAB), o único que apresentou crescimento no segundo trimestre foi o da agropecuária. A variação positiva de 1,2% foi, principalmente, resultado dos aumentos das quantidades produzidas de soja, arroz e café. Já a indústria apresentou, no segundo trimestre, sua maior taxa negativa da série histórica iniciada em 1996. O resultado da indústria foi puxado pela queda recorde na indústria de transformação (-20%) e por contrações também nas indústrias de construção (-12,4%) e de eletricidade e gás, água, esgoto, atividade de gestão de resíduos (-15,7%). A única atividade industrial com crescimento no trimestre foi a extrativa (6,8%). Os serviços também sofreram retração histórica, principalmente pelas quedas expressivas em comércio (-11,4%) e em outros serviços (-23,6%).

Pelo lado da demanda, com exceção das exportações, todos os componentes apresentaram queda no segundo trimestre, notadamente o consumo das famílias (-13,5%) e a Formação Bruta de Capital Fixo (-15,4%).

A expectativa, a partir de indicadores mais recentes, é de que a economia brasileira reduza suas perdas durante o segundo semestre do ano. Dentro desse contexto, a previsão de crescimento para 2020 foi sendo revisada positivamente a partir de junho, quando atingiu o ponto mais negativo. No começo de outubro, a previsão do Relatório Focus do Banco Central era de queda de 5,0% para o ano fechado.

Em meio a esse quadro recessivo e de inflação baixa, a taxa básica de juros foi sendo reduzida até atingir seu ponto mais baixo, 2,0% ao ano a partir de agosto. Em geral, o crédito cresceu a partir de março, auxiliando as pessoas físicas e jurídicas a enfrentarem a crise ocasionada pela pandemia.

Pelo lado fiscal, a queda de receitas em função da recessão e o aumento dos gastos para fazer frente à pandemia resultaram em aumento do déficit primário e da dívida pública. Em agosto, a dívida pública líquida alcançou 60,7% do PIB, e a bruta, 88,8% do PIB.

Na economia gaúcha, os efeitos negativos da pandemia somaram-se à redução cíclica do ritmo de crescimento e à estiagem. De maneira geral, os efeitos negativos da pandemia têm-se concentrado nas atividades industriais e de serviços, enquanto a falta de chuva afetou preponderantemente a agropecuária e a geração de energia elétrica.

Embora de forma branda, os efeitos combinados da diminuição do ritmo de crescimento, da estiagem e da pandemia foram sentidos ainda durante o primeiro trimestre do ano, quando o PIB do Estado apresentou queda de 3,6% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. O impacto maior, entretanto, ocorreu no 2.º trim./2020, quando o avanço da Covid-19 exigiu a intensificação das medidas de distanciamento social, com claros impactos sobre o consumo e a produção, ao mesmo tempo em que as perdas da maior parte da produção de grãos, notadamente de soja, eram contabilizadas nas contas do PIB, dada a época da colheita.

No 2.º trim./2020, o PIB do Rio Grande do Sul teve queda de 17,1% em relação ao mesmo trimestre de 2019 e de 13,7% na comparação com o trimestre imediatamente anterior. Em relação ao Brasil, o desempenho mais negativo do Estado foi ocasionado principalmente pela estiagem, uma vez que os efeitos negativos da pandemia sobre as duas economias foram bastante parecidos.

Setorialmente, a agropecuária foi a atividade que apresentou a maior queda no 2.º trim./2020, -39,4%, resultado das reduções ocorridas nas produções de soja (-39,3%), milho (-27,7%) e fumo (-22,5%). A estiagem também afetou a atividade de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (-28,1%), via diminuição da geração de energia de fonte hidráulica. As demais atividades da indústria também apresentaram queda, em especial a indústria de transformação, que caiu 19,5% no período.

Os serviços também foram severamente afetados pela pandemia. A queda de 9,9% no 2.º trim./2020 foi puxada pelas retrações do comércio (-11,6%) e de outros serviços (-23,7%), que englobam, entre outras atividades, alojamento e alimentação e serviços domésticos.

Dados mais recentes, no entanto, indicam uma recuperação relativamente rápida da produção industrial e do comércio varejista. Após despencar em abril, as duas atividades vêm apresentando taxas positivas de crescimento quando comparadas com os meses imediatamente anteriores, em função da flexibilização das restrições de distanciamento social. Nos dois casos, no entanto, os níveis de produção e de vendas de agosto ainda permanecem abaixo dos observados em fevereiro.

Pelo lado da demanda externa, a recessão global refletiu-se em queda das exportações do Estado de janeiro a setembro de 2020, em relação ao mesmo pe-

ríodo do ano anterior. Setorialmente, as maiores quedas aconteceram nos ramos de celulose e papel, veículos automotores, produtos do fumo, produtos químicos e couros e calçados. Dentre os 10 principais destinos, as vendas gaúchas caíram para todos, com destaque para os países do Mercosul, a Bélgica e os Estados Unidos. Para a China, principal mercado do Estado, as exportações foram reduzidas em 4,5% no período.

Em meio a um quadro de queda do PIB e de distanciamento social, ocasionado tanto pelas restrições formais quanto pela mudança de comportamento da própria população, as condições do mercado de trabalho no Rio Grande do Sul e no País pioraram bastante no segundo trimestre do ano. O número de ocupados foi reduzido em 490 mil pessoas em relação ao 2.º trim./2019, uma queda histórica. A taxa de desocupação subiu para 9,4%, um aumento de 1,2 ponto percentual em relação à taxa de um ano antes. Essa taxa só não foi maior porque o número de pessoas na força de trabalho encolheu 460 mil pessoas no período. Como resultado da queda na ocupação, a massa de rendimentos reais caiu 7,2%.

No mercado formal de trabalho, a economia gaúcha perdeu 88.582 empregos entre janeiro e agosto de 2020, principalmente nas atividades de serviços, comércio e indústria de transformação. Regionalmente, as maiores reduções ocorreram nas regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos, Serra e Litoral.

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) teve seu comportamento ditado pela evolução da atividade econômica. Houve quedas expressivas em abril e maio e relativa recuperação nos meses seguintes. Em agosto e setembro, na comparação com os mesmos meses de 2019, houve crescimento do valor arrecadado com ICMS no Rio Grande do Sul, refletindo a melhora do ambiente econômico.

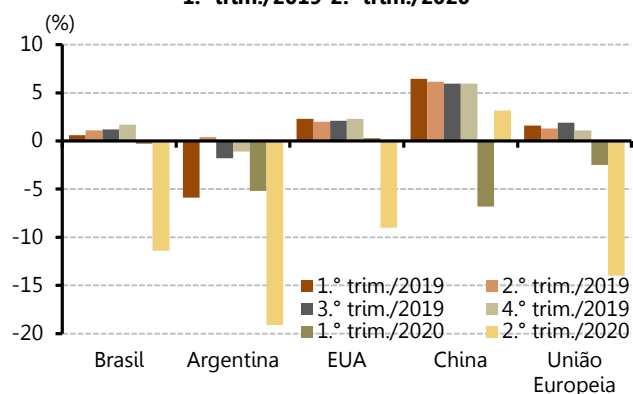
Para os próximos meses, as perspectivas para a economia gaúcha, ancoradas nos dados mais recentes do desempenho da indústria de transformação e do comércio, são de redução das perdas econômicas ocasionadas tanto pela estiagem quanto, principalmente, pela pandemia. Ainda pesarão, no entanto, questões como o fim ou a redução do Auxílio Emergencial, a velocidade da recuperação do emprego e da renda, além da evolução da pandemia.

1 ECONOMIA INTERNACIONAL

A crise econômica e sanitária decorrente da pandemia de Covid-19 vem afetando o mundo desde o início de 2020 e mostra-se como uma das piores crises desde a Grande Depressão. A partir do primeiro registro oficial de óbito ocasionado pela doença na China, em 11 de janeiro, o surto inicial alçou o *status* de pandemia global em março, alastrando-se sem precedentes pelo mundo, atingindo a marca de um milhão de mortos em 28 de setembro (com mais de 32 milhões de casos em 188 países)¹ e impondo grandes desafios à saúde e à economia em escala global.

Com desafios e obstáculos simultâneos jamais vistos, as economias nacionais sentiram, de maneira ampla e profunda, as consequências econômicas negativas e depressivas da pandemia, embora em *timings* diferentes. O epicentro da pandemia, originário na China, deslocou-se, posteriormente, para Europa, América do Norte, América Latina e, atualmente, encontra-se no continente asiático, notadamente na Índia. Ademais, o ressurgimento de casos na Europa vem preocupando as autoridades internacionais. Enquanto a China registrou queda brusca da sua atividade econômica no primeiro trimestre do ano (-6,8%, mas com uma impressionante recuperação positiva no trimestre seguinte), as demais economias foram mais intensamente impactadas no segundo trimestre, sejam as desenvolvidas ou as em desenvolvimento (**Gráfico 1.1**).

Gráfico 1.1 - Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) trimestral em economias selecionadas — 1.º trim./2019-2.º trim./2020



Fonte: IBGE (2020).
Indec (2020).
BEA (2020).
NBS (2020).
Eurostat (2020).

Nota: Comparação com o mesmo período do ano anterior.

¹ Essa marca deve ter sido alcançada bem antes da referida data, dadas a subnotificação e a debilidade das estatísticas dos sistemas de saúde de economias menos desenvolvidas.

Algumas economias passaram por recuos em suas atividades econômicas no primeiro trimestre, mas que se acentuaram profundamente no trimestre seguinte, registrando quedas de 11,4% no Brasil, 19,1% na Argentina e 14,0% na União Europeia, com destaque para a retração do Produto Interno Bruto (PIB) de Espanha (-21,5%), França (-19,2%), Itália (-18,3%), Portugal (-16,6%) e Alemanha (-11,3%). O Reino Unido, agora fora do bloco europeu, também sentiu o forte impacto contracionista da pandemia em sua economia no segundo trimestre (-22,5%). Os Estados Unidos, apesar de terem exibido crescimento positivo no primeiro trimestre (0,3%), também sofreram fortemente os efeitos adversos da pandemia no segundo trimestre (-9,0%).

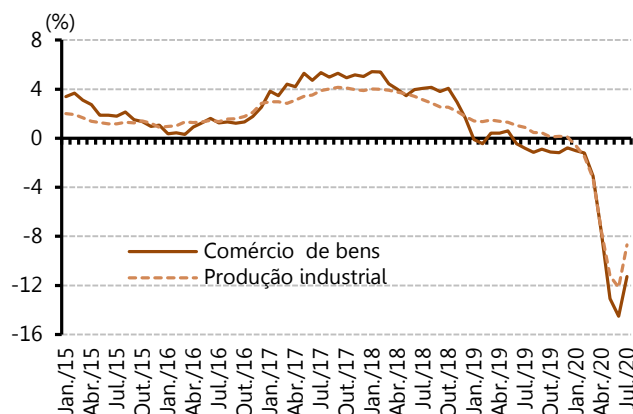
Embora tenham ocorrido quedas históricas do PIB no segundo trimestre, algumas foram menos severas do que se imaginava no auge da incerteza da pandemia, trazendo certas surpresas positivas. A partir da reabertura gradual das economias após os períodos de distanciamento social, a atividade econômica geral começou a recuperar-se mais rápido do que o previsto. Na China, a partir do investimento público após o abrandamento dos bloqueios sociais no início de abril, a atividade econômica retornou ao crescimento positivo no segundo trimestre. Adicionalmente, nos Estados Unidos e na Área do Euro, os massivos pacotes econômicos e as transferências do Governo para a sustentação do emprego e da renda de empresas e famílias contribuíram de forma decisiva para um cenário menos sombrio no trimestre.

Contudo, o PIB do referido trimestre não trouxe apenas notícias positivas. Alguns países onde a pandemia continuou a se espalhar passaram por uma queda brusca da demanda doméstica após restrições bastante fortes do consumo e do investimento. Outras economias também passaram por contração no segundo trimestre, em especial aquelas muito dependentes da demanda externa, bastante debilitada no auge do período de quarentena, que pesou negativamente sobre os setores exportadores e sobre os fluxos de remessa para os gastos internos.

Na crise atual, dada a grande necessidade de restrição de circulação das pessoas nas ruas para reduzir a transmissão desenfreada do vírus, juntamente com mudanças comportamentais, as atividades econômicas orientadas em serviços dependentes de interação pessoal (comércio, artes, entretenimento, lazer, alojamento, etc.) foram ainda mais impactadas do que as da manufatura, à diferença das crises anteriores.

Apesar disso, o setor industrial também foi duramente atingido, dada a necessidade de interrupção de atividades produtivas nos estabelecimentos, da postergação de decisões de consumo e de investimento e da perda de densidade de alguns elos das cadeias produtivas globais. Ademais, a produção industrial e o comércio de bens já vinham desacelerando nos últimos anos, especialmente afetados pelas tensões comerciais entre Estados Unidos e China desde 2019 (conforme discutido nas edições anteriores do Boletim de Conjuntura). Assim, ambas as variáveis sofreram duramente (**Gráfico 1.2**), embora de forma desigual entre as regiões e economias (**Tabela 1.1**). A recuperação chinesa vem mostrando-se fundamental para a retomada do comércio internacional, tanto enquanto demandante de *commodities* e outros produtos quanto como ofertante de produtos industriais, devido ao reinício da sua atividade econômica mais cedo que qualquer outra economia e ao forte crescimento da demanda externa por equipamentos médicos e de suporte ao trabalho remoto.

Gráfico 1.2 - Crescimento interanual da produção industrial e do comércio de bens no mundo — jan./2015-jul./2020



Fonte: CPB (2020).
Nota: Média móvel de três meses.

Em relação às pressões inflacionárias, com a fraca demanda agregada (que mais que compensou as interrupções de oferta de produtos e serviços), os preços ao redor do mundo também recuaram. Nas economias avançadas, a inflação permaneceu abaixo dos níveis pré-pandêmicos e diminuiu fortemente nos estágios iniciais da pandemia nas economias emergentes, embora tenha recrudescido desde então em alguns desses países, em determinados casos acompanhando as pressões cambiais e elevações nos preços de certas *commodities*. Estas, por sua vez, sofreram fortes reduções até abril, notadamente as energéticas, começando um movimento de alta a partir de

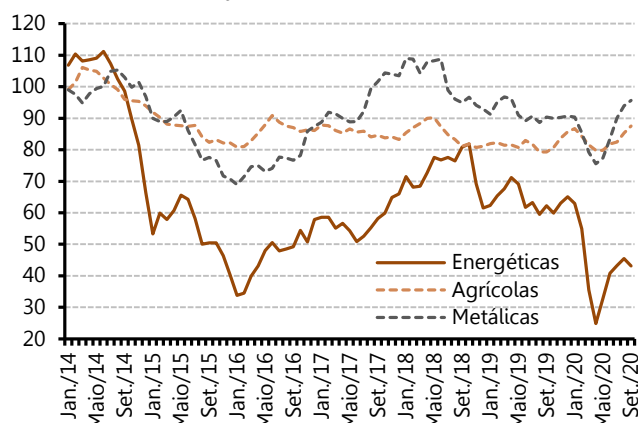
então (na esteira dos abrandamentos das medidas de bloqueio e da retomada da atividade econômica) em todos os grupos de produtos (**Gráfico 1.3**). Essa recuperação dos preços, no entanto, vem dando-se de forma desigual entre as *commodities*, dependendo tanto da capacidade de armazenamento e elasticidade da oferta do produto quanto das condições de uso final de setores e regiões afetadas pela pandemia (**Gráfico 1.4**).

Tabela 1.1 - Crescimento do comércio de bens e da produção industrial, em volume, no mundo — 2018-2020

ECONOMIAS E REGIÕES	2018	2019	1° TRIM/2020	2° TRIM/2020	1° SEM/2020	JUL/2020
Comércio mundial de bens	3,4	-0,4	-3,1	-14,5	-8,8	-6,6
Importações mundiais	3,8	-0,4	-3,4	-13,7	-8,5	-7,4
Economias avançadas	2,5	0,2	-4,9	-16,8	-10,8	-8,5
Estados Unidos	5,2	-0,3	-4,6	-15,0	-9,8	-4,5
Japão	3,1	0,9	-5,1	-4,5	-4,8	-12,1
Área do Euro	2,1	0,0	-5,4	-19,0	-12,2	-9,2
Outras economias avançadas	0,5	0,7	-4,4	-18,5	-11,3	-9,9
Economias emergentes	5,7	-1,2	-1,2	-9,1	-5,1	-5,7
China	6,9	-0,4	-0,6	2,5	0,9	11,0
Ásia emergente	7,0	-2,3	-1,1	-12,9	-7,0	-9,3
Europa Oriental / CEI	2,2	3,1	-1,0	-10,4	-5,8	-10,4
América Latina	4,8	-1,6	-3,1	-22,4	-12,8	-24,6
África e Oriente Médio	0,8	-0,2	-0,9	-3,8	-2,4	-4,0
Exportações mundiais	3,1	-0,5	-2,8	-15,4	-9,0	-5,8
Economias avançadas	2,6	0,0	-3,3	-21,6	-12,4	-9,9
Estados Unidos	4,2	-0,5	-2,1	-24,9	-13,3	-12,4
Japão	2,6	-1,6	-2,5	-20,2	-11,3	-16,2
Área do Euro	1,9	-0,2	-4,4	-22,4	-13,4	-8,4
Outras economias avançadas	2,9	1,1	-2,2	-19,0	-10,6	-9,2
Economias emergentes	3,7	-1,0	-2,1	-7,3	-4,7	-0,6
China	5,4	0,5	-6,5	-2,6	-4,6	5,4
Ásia emergente	3,7	-1,7	0,3	-8,3	-4,0	-1,5
Europa Oriental / CEI	3,9	-1,3	-1,6	-6,3	-3,9	-10,1
América Latina	3,0	0,5	-1,2	-12,8	-7,0	2,8
África e Oriente Médio	1,0	-3,9	-1,0	-8,6	-4,8	-9,4
Produção industrial mundial	3,1	0,8	-4,2	-10,4	-7,3	-4,4
Economias avançadas	2,4	-0,3	-3,0	-16,6	-9,8	-7,8
Estados Unidos	3,9	0,9	-1,9	-14,4	-8,1	-7,4
Japão	1,0	-2,6	-4,2	-19,4	-11,8	-14,5
Área do Euro	0,9	-1,5	-6,0	-20,5	-13,2	-8,0
Outras economias avançadas	3,0	1,0	-0,3	-13,4	-6,9	-4,2
Economias emergentes	3,7	1,8	-5,2	-4,9	-5,0	-1,4
Ásia emergente	6,3	5,7	-9,1	4,1	-2,5	5,1
China	3,7	0,1	1,0	-12,1	-5,6	-2,5
Europa Oriental / CEI	3,4	2,2	1,0	-7,4	-3,2	-6,9
América Latina	-2,2	-5,0	-4,8	-21,6	-13,2	-10,2
África e Oriente Médio	1,0	-3,2	-2,9	-12,2	-7,5	-13,1

Fonte: CPB (2020).
Nota: CEI é a Comunidade dos Estados Independentes.

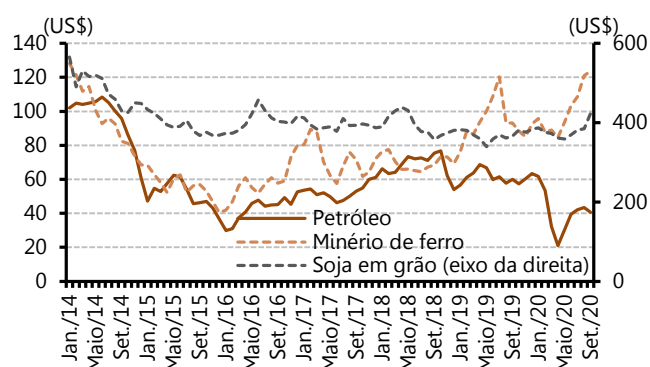
Gráfico 1.3 - Índice de preço de grupos de commodities — jan./2014-set./2020



Fonte: World Bank (2020).

Nota: Valores deflacionados pelo índice de preços ao consumidor dos EUA; os índices têm como base 2014 = 100.

Gráfico 1.4 - Preços de commodities selecionadas — jan./2014-set./2020



Fonte: World Bank (2020).

Nota: Petróleo (US\$/barril), minério de ferro (US\$/dmtu), soja em grão (US\$/t); valores deflacionados pelo índice de preços ao consumidor dos EUA.

A partir da compreensão dos graves danos que a pandemia poderia causar nas economias, diversos e massivos pacotes anticíclicos, com medidas fiscais, monetárias e do balanço de pagamentos, foram aplicados para minimizar o impacto da crise e preservar a renda da população mais vulnerável. O conjunto de medidas fiscais para sustentar os níveis de emprego e renda das economias já totaliza cerca de US\$ 11,7 trilhões (aproximadamente 12% do PIB global). Os Bancos Centrais também vêm desempenhando um papel importante na prevenção de uma crise ainda maior, com diversas ações creditícias, monetárias e regulatórias. O conjunto de todas essas ações dos Governos nacionais e dos Bancos Centrais inclui a elevação dos gastos públicos, para minimizar impactos nas relações entre os diferentes agentes econômicos e garantir recursos para a saúde, bem como transferências de renda, subsídios salariais, redução da

jornada de trabalho, reforço do seguro-desemprego e das redes de proteção social, limites ao aumento dos custos financeiros, suporte à liquidez, garantias de crédito, reduções históricas nas taxas de juros, injeções de capital, programas de compra de ativos, entre outras.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), as medidas fiscais vêm sendo fundamentais para limitar a perda de horas trabalhadas na pandemia. Segundo as estimativas da OIT (ILO, 2020), um aumento no estímulo fiscal de 1% do PIB anual teria reduzido as perdas de horas de trabalho em 0,8 ponto percentual no segundo trimestre de 2020 (trimestre com as maiores perdas no ano). O fechamento de locais de trabalho continua a trazer perdas de horas de trabalho maiores que as estimadas anteriormente pela OIT. Nesse particular, as estimativas das perdas totais de horas de trabalho no segundo trimestre de 2020, em relação ao quarto trimestre de 2019, foram da ordem de 17,3%, ou 495 milhões de empregos equivalentes em tempo integral (95 milhões a mais em relação à estimativa anterior, de menos de três meses atrás)². Na ausência de qualquer estímulo fiscal, as perdas globais de horas de trabalho teriam sido da ordem de 28%. Particularmente, os países de renda média-baixa foram os mais atingidos, assim como as mulheres, os trabalhadores do setor informal, os mais jovens e aqueles com menor nível de instrução. Segundo as projeções da OIT, as referidas perdas devem permanecer altas nos trimestres seguintes: 12,1% ou 345 milhões de empregos em tempo integral no terceiro trimestre e 8,6% ou 245 milhões de empregos equivalente de tempo integral no quarto trimestre.

Os resultados do mercado de trabalho ainda seguem uma trajetória dúbia e incerta. Alguns indicadores melhoraram desde maio (por exemplo: queda da taxa de desemprego e aumento na criação de empregos nos EUA; forte redução nas inscrições no Kurzarbeit desde maio na Alemanha; aumento da participação feminina na força de trabalho, em julho, no Japão, após um milhão de mulheres deixarem a força de trabalho entre janeiro e abril). Entretanto, resultados mais recentes assinalam que o número de norte-americanos que entraram com o primeiro pedido de seguro-desemprego no início de outubro subiu para o nível mais alto desde o fim de agosto, o que indica uma alta das demissões e um quadro de piora

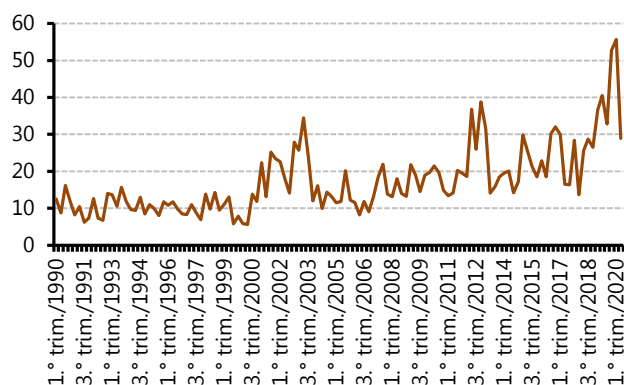
² As perdas no primeiro trimestre foram da ordem de 5,6%, o equivalente a 160 milhões de empregos.

nos casos de Covid-19, que agora atinge especialmente os estados do Meio-Oeste³.

Para além das enormes perdas persistentes de produto, renda e emprego, a pandemia também trouxe uma elevação da pobreza e da desigualdade. Cerca de 90 milhões de pessoas deverão entrar no grupo de privação extrema neste ano (mesmo após as assistências sociais adicionais), ficando abaixo do limite de renda de US\$ 1,90 por dia e aumentando a incidência da pobreza extrema pela primeira vez em mais de duas décadas. Ao atingir de forma desigual a população, sobretudo as mulheres, os ligados ao setor informal, os mais jovens e os menos escolarizados, a desigualdade também deverá aumentar, implicando um grande retrocesso nos padrões de vida relativamente ao que era esperado antes da crise do novo coronavírus.

No que concerne às projeções e às perspectivas de retomada do crescimento, ainda é muito difícil de se aprofundar. O nível de incerteza quanto aos desdobramentos da pandemia (**Gráfico 1.5**) ainda está bastante elevado ao redor do mundo (e maior do que eventos relevantes anteriores). Isso dificulta qualquer projeção quanto ao futuro, sobretudo por ainda não existir uma vacina contra o vírus a curto prazo, pela doença continuar a se alastrar pelas economias, por estar ressurgindo em outras e pelos transbordamentos da interação dos choques de oferta e de demanda em nível internacional em um mundo bastante conectado e interdependente.

Gráfico 1.5 - Índice de incerteza mundial (WUI) — 1.º trim./1990-2.º trim./2020



Fonte: The world uncertainty index (AHIR; BLOOM; FURCERI, 2018).

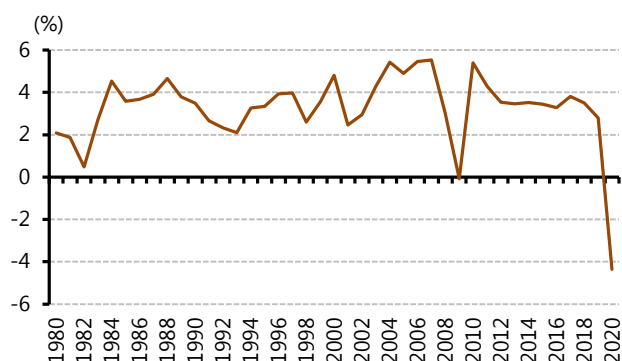
Nota: o índice mede a incerteza geral ao redor do mundo. Quanto maior o valor, maior a incerteza. O índice é uma média ponderada do Produto Interno Bruto de 142 países.

³ No caso dos EUA, a trajetória incerta também diz respeito à produção industrial, a qual diminuiu 0,6% de agosto para setembro, registrando a sua primeira queda após quatro meses consecutivos de ganhos, embora ainda 7,1% abaixo do nível pré-pandemia, de fevereiro.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) (IMF, 2020) projeta que a atividade econômica global contrairá 4,4% em 2020, uma queda sem precedentes, confirmando-se como uma das maiores crises econômicas mundiais já vistas, uma contração muito superior à verificada na crise financeira de 2009, na qual a atividade econômica retraiu 0,1% (**Gráfico 1.6**). Embora profundas, as projeções são menos sombrias do que as feitas anteriormente, em junho, sejam para as economias avançadas, as economias emergentes ou o mundo como um todo (**Tabela 1.2**). Entretanto, as revisões das previsões são mais negativas para as economias emergentes quando se exclui a China desse grupo, em oposição às das economias avançadas que voltaram ao patamar da previsão de abril (**Gráfico 1.7**).

Basicamente, essa revisão para a atividade econômica global é fruto dos resultados não tão negativos que eram aguardados do PIB do segundo trimestre em importantes economias avançadas, do retorno mais acelerado do que o esperado do crescimento na China e dos sinais de recuperação no terceiro trimestre em dados mais tempestivos, atrelados às respostas fiscais, monetárias e regulatórias sem precedentes e rápidas das autoridades monetárias nacionais, que mantiveram a renda disponível das famílias, protegeram as empresas e apoiaram a provisão de crédito, mesmo que, em parte, compensada por um desempenho mais fraco das economias emergentes. Naturalmente, também é resultado da queda do distanciamento social persistente e das reaberturas ainda não realizadas, mas que tendem a aumentar na segunda metade do ano.

Gráfico 1.6 - Taxa de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) mundial — 1980-2020



Fonte: Fundo Monetário Internacional (IMF, 2020).

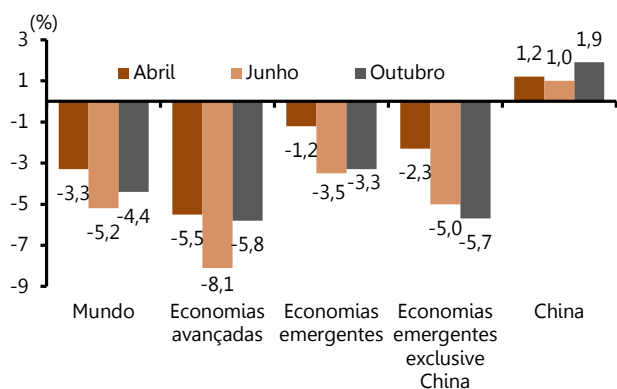
Nota: Previsão para 2020.

Tabela 1.2 – Crescimento observado do Produto Interno Bruto (PIB) e de outras variáveis, e projeções para 2020-21

ECONOMIAS E REGIÕES	OUTUBRO (%)			DIFERENÇA CONTRA OUTUBRO (p.p.)			
	Observado	Previsão		Jun.		Abr.	
		2019	2020	2021	2020	2021	2020
Crescimento mundial	2,8	-4,4	5,2	0,8	-0,2	-1,1	-0,5
Economias avançadas	1,7	-5,8	3,9	2,3	-0,9	0,3	-0,6
Estados Unidos	2,2	-4,3	3,1	3,7	-1,4	1,6	-1,6
Área do Euro	1,3	-8,3	5,2	1,9	-0,8	-0,8	0,5
Japão	0,7	-5,3	2,3	0,5	-0,1	-0,1	-0,7
Reino Unido	1,5	-9,8	5,9	0,4	-0,4	-3,3	1,9
Outras economias avançadas	1,7	-3,8	3,6	1,1	-0,6	0,8	-1,0
Economias emergentes	3,7	-3,3	6,0	-0,2	0,2	-2,1	-0,5
América Latina e Caribe	0,0	-8,1	3,6	1,3	-0,1	-2,9	0,2
Brasil	1,1	-5,8	2,8	3,3	-0,8	-0,5	-0,1
México	-0,3	-9,0	3,5	1,5	0,2	-2,4	0,5
Ásia emergente	5,5	-1,7	8,0	-0,9	0,6	-2,7	-0,5
China	6,1	1,9	8,2	0,9	0,0	0,7	-1,0
Índia	4,2	-10,3	8,8	-5,8	2,8	-12,2	1,4
Europa emergente	2,1	-4,6	3,9	1,2	-0,3	0,6	-0,3
Rússia	1,3	-4,1	2,8	2,5	-1,3	1,4	-0,7
Oriente Médio e Ásia Central	1,4	-4,1	3,0	0,4	-0,5	-1,3	-1,0
África Subsaariana	3,2	-3,0	3,1	0,2	-0,3	-1,4	-1,0
Renda baixa	5,3	-1,2	4,9	-0,2	-0,3	-1,6	-0,7
Volume comercial (bens e serviços)	1,0	-10,4	8,3	1,5	0,3	0,6	-0,1
Preços de commodities (US\$)							
Petróleo	-10,2	-32,1	12,0	9,0	8,2	9,9	5,7
Não combustíveis	0,8	5,6	5,1	5,4	4,3	6,7	5,7
Preços ao consumidor							
Economias avançadas	1,4	0,8	1,6	0,5	0,5	0,3	0,1
Economias emergentes	5,1	5,0	4,7	0,5	0,1	0,3	0,2

Fonte: Fundo Monetário Internacional (IMF, 2020).

Gráfico 1.7 - Projeções de crescimento do PIB mundial e por grupos de economias — 2020



Fonte: Fundo Monetário Internacional (IMF, 2020).

Ainda segundo o FMI, as projeções indicam que todas as economias (avançadas ou emergentes) deverão operar abaixo dos níveis de 2019 mesmo em 2021, com exceção da China, onde se projeta que o produto ultrapasse os patamares de 2019 ainda em 2020 (com crescimento acumulado de 10% no biênio 2020-21).

As economias mais afetadas serão aquelas mais dependentes do turismo, baseadas em *commodities* (particularmente as exportadoras de petróleo), bem como aquelas baseadas em serviços com contato mais intensivo, que enfrentarão recuperações mais frágeis relativamente à recuperação das economias mais industriais. Dessa forma, enquanto a economia global está tentando retornar à normalidade, a recuperação provavelmente será longa e desigual. Ademais, ela também é incerta por potenciais riscos positivos e negativos.

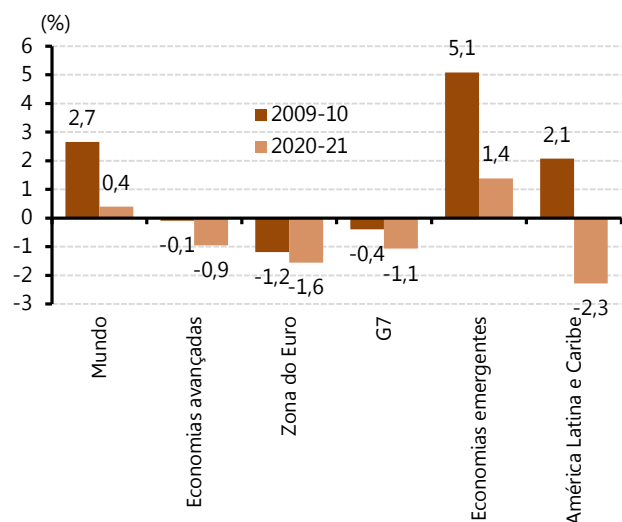
Alguns fatores podem contribuir para uma recessão menos severa, tais como disponibilização mais generalizada e rápida de testes, tratamentos e vacinas seguras e eficazes, bem como estímulos adicionais de política econômica. Contudo, possíveis outros novos fatores podem contribuir para prejudicar a recuperação⁴, como, por exemplo, se a situação sanitária se agravar com uma ampliação da circulação do vírus e o reestabelecimento de novos confinamentos (em especial uma segunda onda na Europa); ou, ainda, se ocorrer deterioração na perspectiva de tratamentos e vacinas seguras; elevação das restrições ao comércio e ao investimento; reescalamento das tensões geopolíticas e fricções tecnológicas (que arrefeceram durante a pandemia); retirada prematura dos auxílios financeiros, ou condições financeiras mais restritivas; sentimento do mercado financeiro e suas implicações para os fluxos globais de capital, bem como desastres naturais.

Por fim, as projeções do FMI para 2020 e da provável recuperação em 2021 são muito piores quando comparadas ao biênio da crise financeira global de 2009 e sua posterior recuperação em 2010. As taxas médias de crescimento do biênio 2020-21 são menores para todos os grupos de economias relativamente ao biênio 2009-10 (**Gráfico 1.8**), assim como para 81% das 191 economias da base de dados com informações para os anos indicados, entre os quais praticamente todos os países mais representativos do mundo (**Gráfico 1.9**).

⁴ Além das elevadas taxas de desemprego e da redução da massa salarial, que podem afetar a recuperação do consumo; do endividamento de empresas e da necessidade de recuperação dos lucros, os quais podem afetar o investimento privado; da situação fiscal debilitada e do aumento do déficit público, que podem vir a frear os gastos do Governo; e da ruptura e enfraquecimento de alguns elos nas cadeias de comércio e do aumento do protecionismo, que podem impedir uma retomada mais rápida do comércio internacional. Todos esses fatores já vêm atuando como limitadores do potencial crescimento da economia mundial ao longo da pandemia.

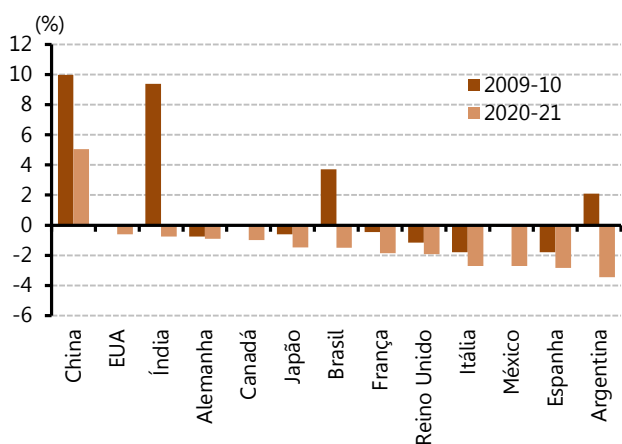
Em relação ao Brasil, a expectativa é que 128 economias registrem crescimento médio superior ao do País no biênio 2020-21 (67% das economias) e que outras 62 economias fiquem abaixo da média brasileira (33% das economias), entre as quais grandes economias europeias. Em termos comparativos, a economia brasileira teve desempenho superior, na média do período 2009-10, a 121 países (64%), entre os quais as maiores economias avançadas. Todos esses dados evidenciam o contraste entre as duas crises (e a proporção da atual) e as perspectivas desalentadoras quanto à velocidade da recuperação para o País e o mundo de forma geral.

Gráfico 1.8 - Taxas médias de crescimento do PIB, por grupos de economias, nos biênios 2009-10 e 2020-21



Fonte: Fundo Monetário Internacional (IMF, 2020).
Nota: Projeções para 2020 e 2021.

Gráfico 1.9 - Taxas médias de crescimento do PIB de economias selecionadas nos biênios 2009-10 e 2020-21



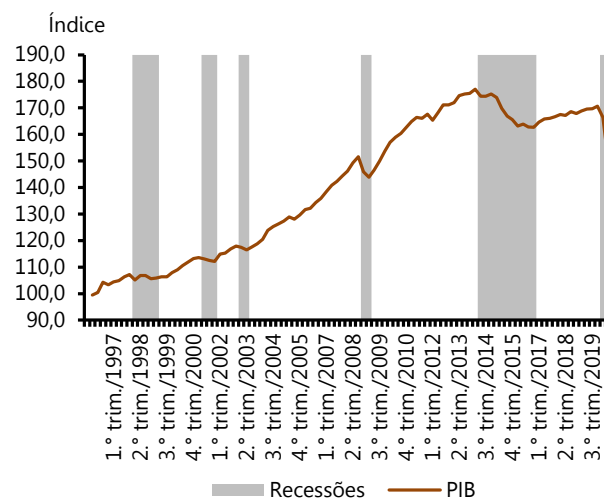
Fonte: Fundo Monetário Internacional (IMF, 2020).
Nota: Projeções para 2020 e 2021; ordenado pelas maiores taxas no biênio 2020-21.

2 CENÁRIO INTERNO — BRASIL

2.1 ATIVIDADE ECONÔMICA

O processo de recuperação da economia brasileira após a recessão de 2014-16 foi interrompido em 2020, como consequência da pandemia por Covid-19, que provocou uma série de choques de oferta e demanda, não apenas no Brasil, mas em todo o globo. Segundo o Comitê de Datação dos Ciclos Econômicos (Codace) do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV)⁵, a economia brasileira registrou pico de atividade cíclica no 4.º trim./2019, após 12 trimestres em expansão, iniciando uma forte recessão no trimestre seguinte. Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, o PIB caiu 0,3% no 1.º trim./2020 e 11,4% no 2.º trim./2020. Diante disso, seu nível retrocedeu cerca de 11 anos, retornando a patamares de 2009, antes mesmo de consolidar a recuperação cíclica após a última recessão. O nível de produção encontra-se cerca de 15% abaixo do verificado no 1.º trim./2014, ponto mais alto da série histórica (**Gráfico 2.1**).

Gráfico 2.1 - Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil — 1.º trim./2014-2.º trim./2020



Fonte dos dados brutos: Contas Nacionais Trimestrais (IBGE, 2020a).
Fundação Getúlio Vargas (2020).

A **Tabela 2.1** apresenta as taxas de crescimento dos componentes do PIB pela ótica da oferta, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior e em relação ao trimestre imediatamente anterior. No 2.º

⁵ Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/node/1776>. Acesso em: 5 out. 2020.

trim./2020, em ambas as métricas, a única atividade que apresentou crescimento foi a agropecuária.

Tabela 2.1 - Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil pela ótica da oferta — 2.º trim./2019-2.º trim./2020

a) variação % em relação ao mesmo trimestre do ano anterior

PERÍODOS	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	PIB
2.º trim./2019	1,4	0,3	1,2	1,1
3.º trim./2019	2,1	1,0	1,0	1,2
4.º trim./2019	0,4	1,5	1,6	1,7
1.º trim./2020	1,9	-0,1	-0,5	-0,3
2.º trim./2020	1,2	-12,7	-11,2	-11,4

b) variação % em relação ao trimestre imediatamente anterior

PERÍODOS	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	PIB
2.º trim./2019	1,1	0,7	0,0	0,5
3.º trim./2019	1,1	0,5	0,1	0,1
4.º trim./2019	-0,7	0,1	0,6	0,5
1.º trim./2020	0,5	-0,8	-2,2	-2,5
2.º trim./2020	0,4	-12,3	-9,7	-9,7

Fonte dos dados brutos: Contas Nacionais Trimestrais (IBGE, 2020a).

O resultado da agropecuária foi influenciado positivamente pela agricultura, enquanto a pecuária e a produção florestal tiveram contrações no segundo trimestre, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Os desempenhos positivos de produtos com peso relevante nas safras do segundo trimestre, como soja (5,9%), arroz (7,3%) e café (18,2%), assim como o aumento da produtividade, ajudam a explicar esses resultados. Contudo, cabe ressaltar que o bom desempenho da agricultura brasileira não se distribui de maneira equânime no território. A forte estiagem no sul do País afetou sobremaneira o Rio Grande do Sul, impactando a safra de seus principais produtos agrícolas. Trata-se da maior estiagem no Estado desde 2012.

No 2.º trim./2020, o Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria nacional registrou a maior queda trimestral da série histórica iniciada em 1996, de 12,7%. O resultado da indústria foi puxado pela queda recorde na indústria de transformação (-20%) e por contrações também nas indústrias de construção (-12,4%) e de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (-15,7%). A única atividade industrial com crescimento no trimestre foi a extrativa (6,8%).

O setor de serviços, componente mais estável do PIB sob a ótica da oferta, da mesma forma, sofreu retração histórica, de 11,2% no trimestre, quase três vezes superior à observada no 4.º trim./2015, estabelecendo um novo recorde para o setor. As quedas mais intensas ocorreram em outras atividades de serviços (-23,6%) — que incluem alojamento e alimenta-

ção, serviços profissionais, educação e saúde mercantis, artes, cultura, esportes e recreação e serviços domésticos, dentre outros — transportes (-20,8%), comércio (-11,4%), administração pública (-8,6%) e comunicação (-3,2%). Os serviços financeiros e imobiliários tiveram crescimento de 3,6% e 1,4% respectivamente.

Pelo lado da demanda, com exceção das exportações, todos os componentes apresentaram queda no 2.º trim./2020, tanto na comparação com o mesmo período de 2019 quanto com relação ao 1.º trim./2020 (**Tabela 2.2**).

Tabela 2.2 - Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil pela ótica da demanda — 2.º trim./2019-2.º trim./2020

a) variação % em relação ao mesmo trimestre do ano anterior

PERÍODOS	CONSUMO DAS FAMÍLIAS	CONSUMO DO GOVERNO	FBCF	EXPOR-TAÇÃO	IMPOR-TAÇÃO
2.º trim./2019	1,8	-0,7	5,4	1,3	4,9
3.º trim./2019	1,9	-1,4	2,9	-4,4	2,2
4.º trim./2019	2,1	0,3	-0,4	-5,1	-0,2
1.º trim./2020	-0,7	0,0	4,3	-2,2	5,1
2.º trim./2020	-13,5	-8,6	-15,2	0,5	-14,9

b) variação % em relação ao trimestre imediatamente anterior

PERÍODOS	CONSUMO DAS FAMÍLIAS	CONSUMO DO GOVERNO	FBCF	EXPOR-TAÇÃO	IMPOR-TAÇÃO
2.º trim./2019	0,3	-0,3	2,9	-2,6	4,8
3.º trim./2019	0,5	-0,4	1,5	-2,2	0,2
4.º trim./2019	0,4	0,4	-3,5	2,3	-2,6
1.º trim./2020	-1,9	0,2	2,3	-1,3	0,8
2.º trim./2020	-12,5	-8,8	-15,4	1,8	-13,2

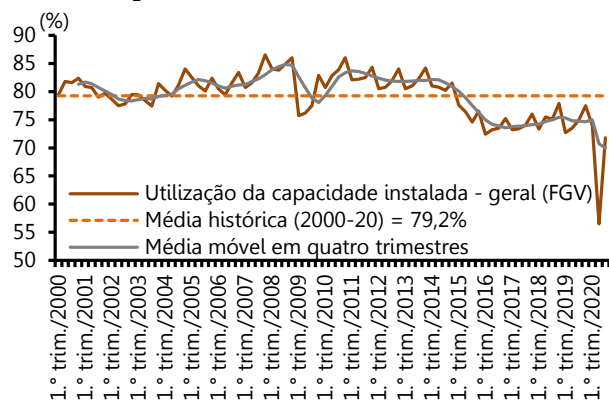
Fonte dos dados brutos: Contas Nacionais Trimestrais (IBGE, 2020a).

As primeiras medidas de isolamento social, iniciadas ainda em março, afetaram parte dos resultados do primeiro trimestre, provocando leve queda de 0,7% no consumo das famílias. Com o agravamento da pandemia e a adoção de medidas mais restritivas em diversos estados e municípios, na tentativa de controlar o avanço das contaminações — a exemplo do fechamento do comércio e de outras restrições aos serviços prestados às famílias —, o mercado de trabalho ajustou-se, reduzindo o número de ocupações e, conseqüentemente, a massa salarial. Somados, esses choques de oferta e demanda levaram o consumo a cair 13,5%, a maior queda da série histórica iniciada em 1996. A Formação Bruta de Capital Fixo, que havia registrado crescimento no primeiro trimestre, caiu 15,2% no segundo, puxada tanto pela construção quanto pela produção de bens de capital no País. O consumo do Governo também foi reduzido no trimestre, em 8,6%, uma vez que diversos serviços públicos

deixaram de ser prestados devido à impossibilidade de oferecê-los de forma remota, como museus, parques, creches, etc. No âmbito externo, a queda da renda interna e a desvalorização cambial provocaram uma contração de 14,9% nas importações. Já as exportações registraram variação positiva de 0,5%, apesar da contração da atividade econômica global. Os produtos de destaque da pauta exportadora foram *commodities* agrícolas, petróleo e seus derivados e produtos alimentícios.

Em vista da forte recessão, no 2.º trim./2020, a utilização da capacidade chegou a seu menor nível desde 1970. Contudo, após mais de seis meses de isolamento, diversos estados passaram a flexibilizar suas medidas de restrição à mobilidade e o isolamento social, provocando uma reação positiva nos resultados econômicos. Dados do 3.º trim./2020 da FGV mostram que a utilização da capacidade instalada, após atingir no segundo trimestre o menor nível desde 1970, reagiu rapidamente (**Gráfico 2.2**). Contudo, seu nível permanece ainda muito abaixo da média histórica.

Gráfico 2.2 - Utilização da capacidade instalada trimestral da indústria geral no Brasil — 1.º trim./2000-3.º trim./2020



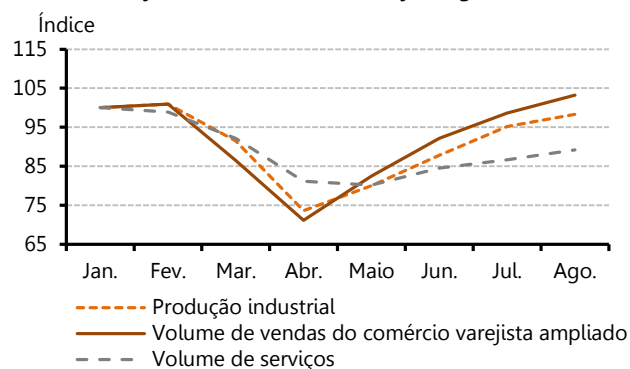
Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil (2020).

Acompanhando alguns indicadores em frequência mensal, como a produção industrial e o volume de comércio e serviços, é possível observar uma reação significativa já a partir de maio. Em agosto, a produção industrial e o volume de serviços permaneceram ainda abaixo do patamar de fevereiro, contudo o comércio já havia superado em mais de 2% o nível pré-pandemia. (**Gráfico 2.3**) Além da flexibilização das medidas restritivas, parte da retomada, principalmente do comércio, pode ser atribuída a medidas anticíclicas do Governo Federal, como o Auxílio Emergencial.

Também chamado de "coronavoucher", o montante de recursos destinado ao Auxílio Emergencial a

peças em situação de vulnerabilidade somou R\$ 212,8 bilhões nos primeiros oito meses de 2020, segundo relatório da Instituição Fiscal Independente (IFI)⁶. Alguns estudos do Banco Central⁷ e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)⁸ apontam que a medida permitiu compensar perdas da massa salarial, sobretudo dos mais vulneráveis, cuja propensão marginal a consumir é maior, estimulando o consumo. Destarte, a redução do valor das parcelas, a partir de setembro até o fim do ano, poderá moderar a velocidade de recuperação da economia. Ademais, as incertezas para 2021 são ainda maiores, uma vez que até o momento não se definiu se haverá novas prorrogações do benefício ou reformulações de programas sociais, nem as fontes de financiamento para isso.

Gráfico 2.3 - Produção industrial, volume de vendas do comércio varejista ampliado e volume de serviços com ajuste sazonal no Brasil — jan.-ago./2020



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (IBGE, 2020b).
Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE, 2020c).
Pesquisa Mensal dos Serviços (IBGE, 2020d).

Nota: Os índices têm como base jan./2020 = 100.

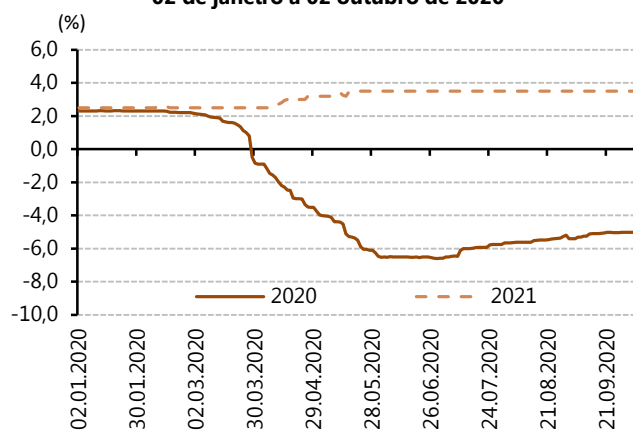
Por fim, ao longo do primeiro semestre, as expectativas de crescimento para a economia brasileira em 2020 sofreram fortes revisões para baixo, passando de crescimento de 2,3% em 02.01.2020 para queda de 6,60% em 30.06.2020. A partir de julho, o mercado fez ajustes moderados para cima nessas estimativas. Dados do Relatório Focus de 02 de outubro de 2020 indicam expectativas de queda de 5,02% do PIB. Para 2021, a expectativa é de crescimento de 3,5% (**Gráfico 2.4**).

⁶ Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/578343/RAF45_OUT2020.pdf. Acesso em: 19 out. 2020.

⁷ Ver estudo: "Auxílio emergencial e compras com cartão de débito" do **Relatório de Inflação de Setembro**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202009/ri202009p.pdf>. Acesso em: 19 out. 2020.

⁸ Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200928_mt_cc48_agosto.pdf. Acesso em: 19 out. 2020.

Gráfico 2.4 - Expectativas de crescimento para 2020 e 2021 do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil — 02 de janeiro a 02 outubro de 2020



Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil (2020).

2.2 SETOR EXTERNO

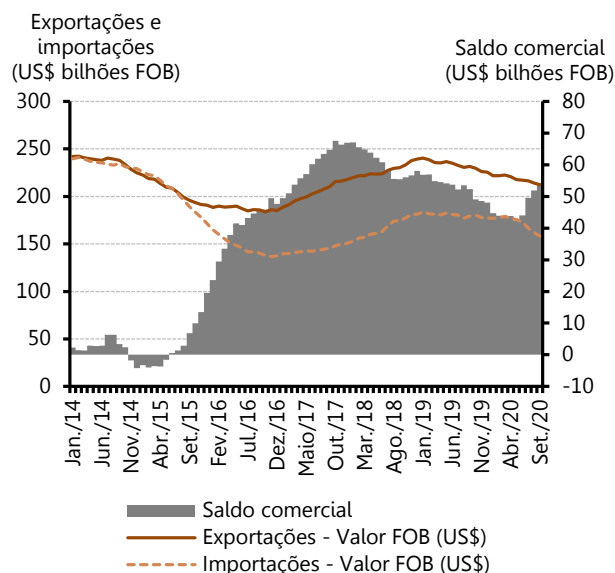
Em 2020, o saldo de comércio exterior brasileiro seguiu a tendência geral de queda observada a partir de 2017. Em setembro, o saldo acumulado em 12 meses totalizou US\$ 54,3 bilhões, 4% acima do observado no mesmo período do ano anterior. No período, as exportações somaram US\$ 212,3 bilhões, e as importações, 158,1 bilhões. Houve melhora também do saldo entre janeiro e setembro, em relação ao mesmo período de 2019, devido à deterioração acelerada das importações frente às exportações (**Gráfico 2.5**). Enquanto as exportações caíram 8%, passando de US\$ 169,6 bilhões para US\$ 156,5 bilhões, as importações reduziram-se de US\$ 133,6 bilhões para US\$ 114,3 bilhões (-14%), fazendo com que o superávit acumulado no ano aumentasse 17%, chegando a US\$ 42,2 bilhões.

A queda das exportações é explicada primordialmente pela contração da economia global em meio à pandemia de Covid-19. Conforme visto na seção 1, a estimativa do FMI de queda para o PIB mundial em 2020 é de 4,4%, provocando efeitos negativos severos sobre o fluxo de comércio. No Brasil, dos quatro principais destinos das exportações, houve crescimento apenas para a China.

O valor exportado para o país oriental entre janeiro e setembro de 2020 foi de US\$ 53,4 bilhões, totalizando um aumento de US\$ 6,6 bilhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Contudo, o incremento chinês foi mais do que compensado pela queda das exportações para os Estados Unidos, de US\$ 7,0 bilhões. Ademais, as exportações para a União

Europeia e para a Argentina também tiveram significativas contrações, de US\$ 4,1 bilhões e US\$ 1,7 bilhão respectivamente.

Gráfico 2.5 - Exportações, importações e saldo comercial do Brasil com o mundo — jan./2014-set./2020



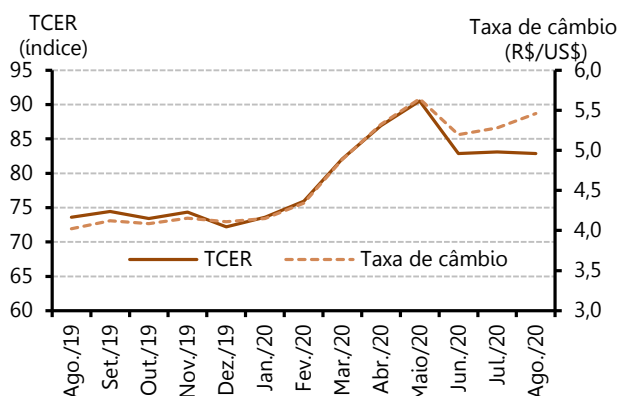
Fonte dos dados brutos: Brasil (2020a).
Nota: Fluxo acumulado em 12 meses.

No tocante à Argentina, cabe ressaltar também que os efeitos da pandemia se somaram a uma série de dificuldades herdadas de anos anteriores. O País encerrou 2019 com queda de PIB pelo segundo ano consecutivo, envolto em forte crise cambial e de dívida pública. Medidas protecionistas e de controle do cambial foram implementadas já naquele ano e reforçadas em 2020 pelo novo governo: ampliou-se a lista de produtos sujeitos a licenças de importação, limitou-se o acesso ao dólar a empresas com dívidas superiores a US\$ 1 milhão, estabeleceu-se imposto de 35% sobre compras no exterior com cartões de débito e crédito, dentre outras medidas. Com isso, mesmo com uma eventual recuperação econômica após o choque da pandemia, outros fatores deverão continuar restringindo a recuperação das exportações brasileiras para aquele país.

Outro fator relevante para explicar o comportamento das exportações, que atua no sentido oposto ao da crise internacional, foi a desvalorização cambial. Tanto a taxa de câmbio R\$/US\$ quanto a taxa efetiva real de câmbio — medida mais adequada da competitividade das exportações brasileiras — sofreram aumentos significativos, de 32% e 13%, respectivamente, entre janeiro e agosto (**Gráfico 2.6**). De fato, até agosto, o real havia sido a moeda que mais tinha se desva-

lorizado entre as principais moedas do mundo, na frente da lira turca (22%) e do peso argentino (22%). Assim, parte da queda dos valores exportados em função da crise foi compensada com ganhos de competitividade de produtos brasileiros no mercado internacional.

Gráfico 2.6 - Taxa de câmbio efetiva real (TCER-IPA) e taxa de câmbio (venda) média — ago./2019-ago./2020



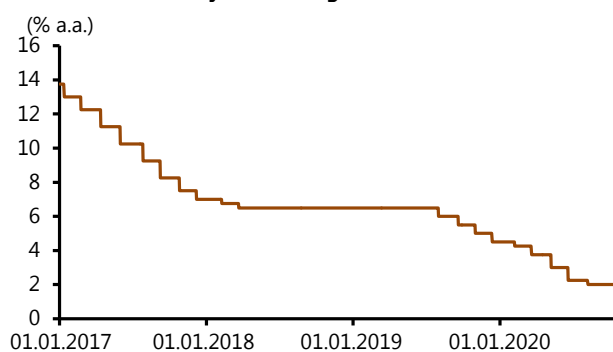
Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil (2020).

Por fim, diante do cenário externo ainda fragilizado, com o processo de recuperação da economia brasileira e das importações em 2021 pressionando o saldo comercial, dados do Relatório Focus de 02 de outubro indicam uma redução do superávit de US\$ 57,5 bilhões ao final de 2020 para US\$ 55 bilhões em dezembro de 2021.

2.3 INFLAÇÃO, CRÉDITO E JUROS

A política monetária ao longo dos primeiros nove meses de 2020 seguiu estimulativa. A taxa básica, que iniciou o ano no patamar de 4,5% a.a., caiu para 2,0% a.a. em agosto — novo piso histórico —, nível mantido na última reunião do Comitê de Política Econômica (Copom), em 16 de setembro (**Gráfico 2.7**).

Gráfico 2.7 - Meta da taxa de juros Selic no Brasil — jan./2017-ago./2020



Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil (2020).

Apesar da alta ociosidade ainda vigente na economia brasileira, conforme visto anteriormente, que se traduz em baixa pressão inflacionária ou mesmo desinflação, a decisão de manter a Selic no mesmo patamar anterior foi motivada, dentre outros fatores, pela preocupação com a “instabilidade nos preços dos ativos”, como o dólar. De fato, o diferencial entre a taxa Selic e os Fed Funds, por exemplo, nunca foi tão baixo.

Contudo, também desde a reunião de agosto, o Copom passou a incorporar o chamado *forward guidance* (prescrição futura) como instrumento adicional de política monetária para ancorar as expectativas de mercado. Esse instrumento oferece uma alternativa às regras de conduta convencionais para a política monetária, como a chamada Regra de Taylor. Assim, a autoridade monetária sinalizou, na última ata do Copom, sua intenção de não elevar a taxa básica de juros, podendo, inclusive baixá-la, observando-se a evolução de quatro fatores: (a) expectativas de inflação para 2020-22; (b) projeções da inflação em seu cenário base para 2020-22; (c) manutenção do teto dos gastos; e (d) expectativas de inflação de longo prazo.

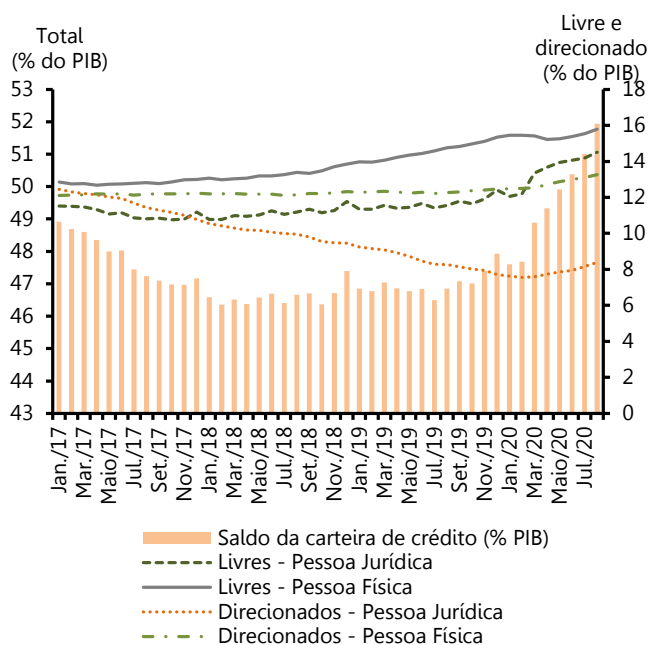
No que tange ao mercado de crédito, o saldo da carteira total do Sistema Financeiro Nacional como proporção do PIB, que seguiu estável de 2017 a 2019, em torno de 47%, cresceu consideravelmente ao longo de 2020, alcançando 51,94% em agosto, maior patamar desde 2016. Esse movimento deu-se em função tanto do aumento do saldo em reais (numerador) quanto da queda do PIB (denominador).

Decompondo-se o saldo da carteira em recursos livres e direcionados para pessoa física e jurídica, é possível notar crescimento em todos os segmentos a partir de março, com exceção do crédito livre para pessoa física que apresentou queda entre fevereiro e abril, voltando a crescer a partir de então (**Gráfico 2.8**).

No segmento pessoa física com recursos livres, houve retomada de gastos com cartão de crédito à vista, refletindo, em parte, a redução dos níveis de isolamento social e a reabertura de diversas atividades. Além disso, houve incremento no saldo de crédito imobiliário para pessoas físicas com recursos direcionados de cerca de 7% em relação a janeiro, passando de R\$ 640 bilhões naquele mês para R\$ 682 bilhões em agosto. Já no segmento pessoa jurídica, após forte crescimento em março, o saldo do crédito livre desacelerou, atingindo 14,5% em agosto. O saldo

direcionado foi impulsionado por programas de concessão de crédito para empresas, como Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE), Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC), passando de 7,63% do PIB para 8,39% entre janeiro e agosto.

Gráfico 2.8 - Saldo de crédito total, com recursos livres e direcionados do Brasil — jan./2017- ago./2020

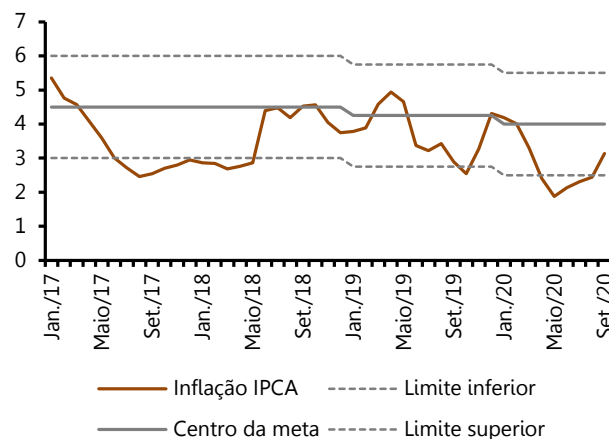


O endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional, em relação à renda acumulada nos últimos 12 meses, atingiu o maior patamar da série histórica em agosto, de 47,5%, seguindo a trajetória de crescimento iniciada em 2018. A inadimplência da carteira do Sistema Financeiro Nacional, no segmento tanto pessoa física quanto jurídica, apresentou pequena elevação em março e abril, reduzindo-se novamente a partir do mês seguinte. Os dois segmentos encontram-se em patamares historicamente baixos de inadimplência, mesmo com a forte recessão, em razão do ambiente macroeconômico de taxas de juros em mínimas históricas, bem como das renegociações de dívidas acordadas durante a pandemia.

Nesse cenário, a inflação manteve-se baixa — inclusive abaixo da banda inferior da meta de inflação, de 2,5% de maio a agosto —, mesmo com as taxas de juros em mínimas históricas. A variação mensal do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi negativa em abril (-0,31) e maio (-0,38), representando as menores taxas mensais desde 1998. Contudo, com

o início da recuperação econômica e a desvalorização cambial, a inflação voltou ao intervalo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para 2020 (**Gráfico 2.9**).

Gráfico 2.9 - Variação percentual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses e metas de inflação no Brasil — jan./2017-set./2020

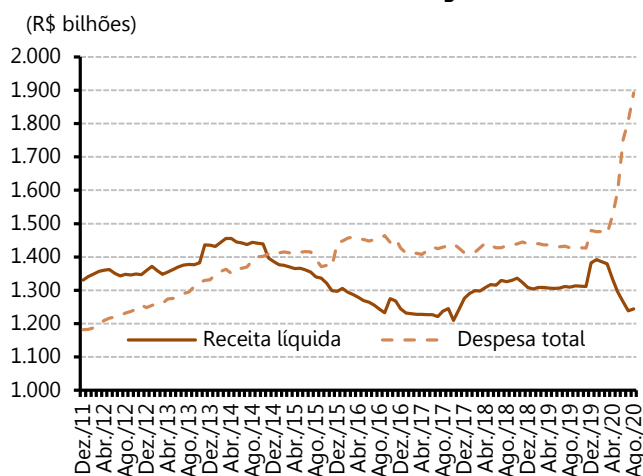


Ao fim de 2020, as expectativas de mercado coletadas no Relatório Focus de 05 de outubro indicam inflação pelo IPCA de 2,23%, abaixo do limite inferior da meta e dos juros básicos de 2,0%. Para 2021, as expectativas para esses indicadores são, respectivamente, de 3,02% e 2,5%.

2.4 FINANÇAS PÚBLICAS

O processo de ajuste fiscal observado ao longo de 2019 foi interrompido pelas circunstâncias provocadas pela pandemia por Covid-19. O Governo Central — que inclui Tesouro Nacional, Previdência e Banco Central — encerrou o ano com déficit primário de R\$ 88,9 bilhões em termos reais, pelo IPCA, o menor desde 2014. Entre dezembro de 2019 e março de 2020, houve melhora do resultado primário em 12 meses, contudo, a partir de abril, a distância entre receitas e despesas tornou-se cada vez maior (**Gráfico 2.10**). O resultado primário do Governo Central do mês de junho, após ajustes metodológicos, por exemplo, chegou a R\$ 196,4 bilhões, o maior da série histórica iniciada em 1997. No acumulado em 12 meses findados em agosto, as receitas líquidas totalizaram R\$ 1,2 trilhão, queda real de 5,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto as despesas totais foram de R\$ 1,9 trilhão, incremento de 32,5%, gerando um déficit de R\$ 647,8 bilhões.

Gráfico 2.10 - Receita líquida e despesa total do Governo Central do Brasil — dez./2011-ago./2020



Fonte: Ministério da Economia/Secretaria do Tesouro Nacional (BRASIL, 2020).

Nota: Dados atualizados pelo IPCA.

Além das medidas de isolamento social e da própria recessão — no Brasil e no mundo —, a queda da arrecadação foi influenciada por medidas de mitigação da crise, que reduziram as receitas do Governo Central, dentre elas os diferimentos no pagamento de diversos tributos — como o Programa de Integração Social/Contribuição o para Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins), a contribuição patronal, o Simples Nacional —, bem como a redução de alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para as operações de crédito e do Imposto sobre os Produtos Industrializados (IPI) para produtos específicos para implantação de medidas sanitárias no combate à pandemia.⁹ Além disso, receitas não administradas pela Receita Federal sofreram queda significativa, como as provenientes de exploração de recursos naturais, dividendos e participações, concessões e permissões, dentre outras. Por fim, enquanto as receitas totais caíram 15% em 12 meses, a queda das transferências foi de apenas 10%, amplificando a retração da receita líquida.

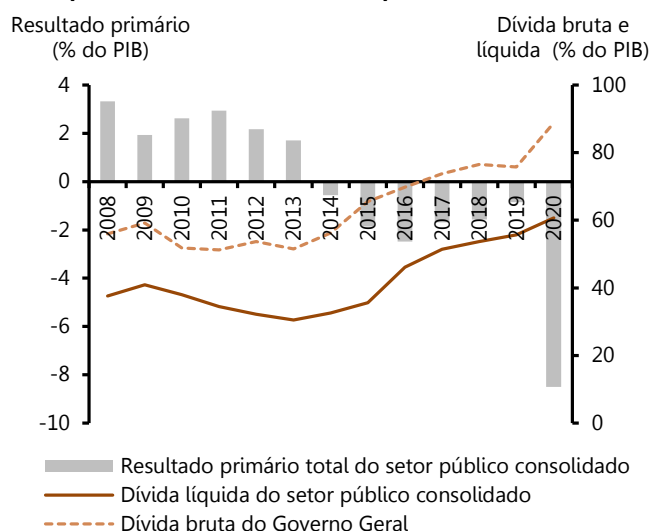
Pelo lado das despesas, houve incremento de R\$ 412 bilhões, em termos reais, nos 12 meses findados em agosto, em comparação com o mesmo período do ano anterior. A maior parte desse aumento ocorreu na cifra outras despesas obrigatórias (R\$ 368,1 bilhões), em razão das medidas sanitárias e econômicas para enfrentar a dupla crise no País. Tais

⁹ Mais informações sobre as medidas tributárias de combate à crise podem ser consultadas em: <http://receita.economia.gov.br/covid-19/perguntas-x-respostas-medidas-covid19-com-indice-15-04-2020.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

medidas incluem a antecipação do Décimo Terceiro Salário de aposentados e pensionistas para abril-junho, o Auxílio Emergencial, o apoio financeiro a estados e municípios, as despesas adicionais da Saúde, o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, dentre outras.

Diante disso, o resultado primário do setor público consolidado — o qual inclui, além do Governo Central, governos estaduais e municipais, Itaipu Binacional, além de empresas estatais não financeiras, exceto Petrobrás e Eletrobrás — também se deteriorou, atingindo 8,5% do PIB no acumulado em 12 meses em agosto. A dívida líquida do setor público consolidado alcançou 60,71% do PIB, enquanto a dívida bruta do Governo Geral (que abrange governos federal, estadual e municipal, excluindo-se Banco Central e estatais) chegou a 88,82% do PIB (**Gráfico 2.11**).

Gráfico 2.11 - Resultado primário acumulado em 12 meses e estoques da dívida bruta e dívida líquida no Brasil — 2008-20



Fonte dos dados brutos: Banco Central do Brasil (2020).
Nota: Para 2020, considera-se o acumulado em 12 meses até agosto.

Nesse cenário, as expectativas de mercado compiladas no Relatório Focus de 02 de outubro apontam para uma maior deterioração das contas públicas nos próximos meses e de consolidação fiscal em 2021. A mediana das expectativas de déficit primário é, respectivamente, nos dois anos, 12,05% e 3,0% do PIB, enquanto a da dívida líquida do setor público é de 67,55% do PIB em 2020 e 70% em 2021.

3 CENÁRIO INTERNO — RS

3.1 ATIVIDADE ECONÔMICA

Ao final do ano de 2019, a economia gaúcha enfrentava um certo arrefecimento cíclico de sua atividade econômica, iniciado ainda no segundo trimestre daquele ano. Ao iniciar 2020, a esse problema somaram-se duas grandes adversidades, que acabariam por condicionar o desempenho da economia do Rio Grande do Sul ao longo do ano, a estiagem e a pandemia do novo coronavírus.

Enquanto a primeira teve seus efeitos praticamente limitados ao Rio Grande do Sul no cenário nacional, a segunda impactou a economia global como um todo, atingindo a atividade econômica do Estado de maneira direta, via diminuição tanto da demanda quanto da oferta internas, e, indiretamente, através da queda das vendas externas para as debilitadas economias nacional e internacional. De outra forma, os efeitos negativos da pandemia têm-se concentrado nas atividades industriais e de serviços, enquanto a falta de chuva afetou preponderantemente a agropecuária e a geração de energia elétrica durante os primeiros meses do ano.

Os efeitos combinados da redução cíclica do crescimento, da estiagem e da pandemia foram sentidos, embora de forma relativamente branda, já no primeiro trimestre do ano, quando o PIB do Estado, de acordo com o Departamento de Economia e Estatística (DEE) da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Rio Grande do Sul (SPGG-RS), apresentou queda de 3,6% em relação ao mesmo trimestre de 2019. O impacto maior, entretanto, ocorreu no 2.º trim./2020, quando o avanço da Covid-19 exigiu a intensificação das medidas de distanciamento social, com claros impactos sobre o consumo e a produção, ao mesmo tempo em que as perdas da maior parte da produção de grãos, notadamente de soja, eram contabilizadas nas contas do PIB, dada a época da colheita.

No 2.º trim./2020, o PIB do Estado apresentou queda de 17,1% em relação ao mesmo trimestre de 2019 e de 13,7% quando comparado com o trimestre imediatamente anterior. No acumulado do ano (primeiro semestre), o produto variou -10,7% e, em 12 meses, -5,6% (**Tabela 3.1**). Nas quatro taxas, o desempenho do Rio Grande do Sul foi inferior ao do País. De modo geral, os efeitos negativos da pande-

mia sobre as duas economias foram bastante parecidos, sendo a estiagem o principal fator que ocasionou a performance inferior do Estado em relação à nacional.

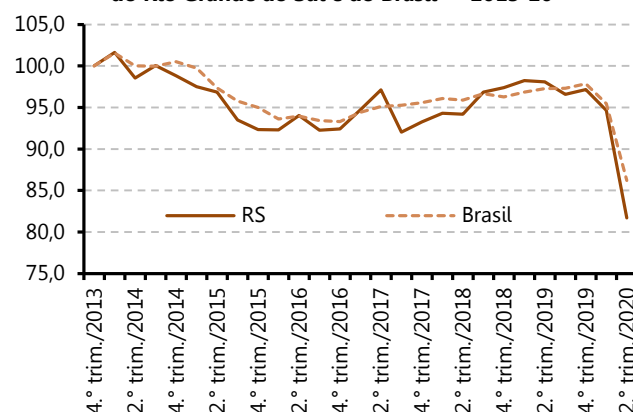
Os dois choques atingiram a economia gaúcha no momento em que, a exemplo da brasileira, ainda estava recuperando-se da crise de 2014-16. A nova queda fez com que o índice do volume do PIB do 2.º trim./2020 retrocedesse ao nível registrado no primeiro trimestre de 2009 (**Gráfico 3.1**).

Tabela 3.1 - Variação do Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul e do Brasil — 2.º trim./2020

PERÍODO DE COMPARAÇÃO	RS		BRASIL	
	(%)		(%)	
2.º trim./2020 / 2.º trim./2019	-17,1	-11,4	-11,4	-11,4
2.º trim./2020 / 1.º trim./2020 (com aj. sazonal)	-13,7	-9,7	-9,7	-9,7
Acumulado no ano	-10,7	-5,9	-5,9	-5,9
Acumulado em 12 meses	-5,6	-2,2	-2,2	-2,2

Fonte: SPGG-RS/DEE (RIO GRANDE DO SUL, 2020a).
IBGE (2020k).

Gráfico 3.1 - Índice do volume do Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul e do Brasil — 2013-20



Fonte: SPGG-RS/DEE (RIO GRANDE DO SUL, 2020a).
IBGE (2020f).

Nota: 1. Os índices têm como base a média de 2013 = 100.
2. Série com ajuste sazonal.

A abertura do PIB permite uma análise detalhada de como os choques relacionados à estiagem e à pandemia afetaram as diversas atividades econômicas do Estado. A falta de chuvas trouxe severas consequências para a produção agropecuária, com seu Valor Adicionado Bruto apresentando queda de 39,4% no segundo trimestre e de 33,3% no semestre, sempre em relação ao mesmo período do ano anterior (**Tabela 3.2**). Esse desempenho somente é comparável ao observado em 2012, ano da última grande estiagem que ocorreu no RS. Com exceção do arroz, que, por causa da irrigação, não sofreu tanto com a seca, as principais culturas de verão apresentaram diminuições

expressivas em suas produções. A quantidade colhida de milho caiu 27,7%, a de fumo, 22,5%, e a de soja, principal cultura do Estado, retraiu 39,3% entre as safras de 2019 e 2020 (**Tabela 3.3**). O desempenho fortemente negativo da agropecuária gaúcha no ano explica grande parte da diferença entre as taxas de crescimento do PIB verificadas no Estado e no Brasil, uma vez que, nacionalmente, o setor apresentou variação positiva no período. Embora com perdas expressivas na produção, a renda agrícola dos produtores gaúchos foi beneficiada pela forte elevação dos preços durante o ano (ver **Boxe**).

Tabela 3.2 - Variação do Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul e do Brasil — 2.º trim./2020

PRODUTOS	ÁREA PLANTADA (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	RENDIMENTO
			(t/ha)
Arroz	-3,1	8,3	10,3
Fumo	-2,7	-22,5	-20,4
Milho	-1,6	-27,7	-25,5
Soja	2,4	-39,4	-40,8

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) (IBGE, 2020g).

Tabela 3.3 – Taxas de crescimento trimestral e semestral do Produto Interno Bruto (PIB) dos impostos e do Valor Adicionado Bruto (VAB), total e por atividades econômicas, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 2.º trim./2020

ATIVIDADES	RS				BRASIL			
	RS		BRASIL		RS		BRASIL	
	Trim.	Acum. no Ano	Trim.	Acum. no Ano	Trim.	Acum. no Ano	Trim.	Acum. no Ano
PIB	-17,1	-10,7	-11,4	-5,9	-17,1	-10,7	-11,4	-5,9
Impostos	-16,8	-10,5	-15,6	-8,1	-16,8	-10,5	-15,6	-8,1
Valor Adicionado Bruto	-17,1	-10,8	-10,8	-5,5	-17,1	-10,8	-10,8	-5,5
Agropecuária	-39,4	-33,3	1,2	1,6	-39,4	-33,3	1,2	1,6
Indústria	-19,3	-12,3	-12,7	-6,5	-19,3	-12,3	-12,7	-6,5
Indústria extrativa mineral ..	-1,5	0,1	6,8	5,8	-1,5	0,1	6,8	5,8
Indústria de transformação	-19,5	-11,5	-20,0	-10,7	-19,5	-11,5	-20,0	-10,7
Eletricidade e gás, água, es-								
goto e limpeza urbana	-28,1	-23,0	-5,8	-3,8	-28,1	-23,0	-5,8	-3,8
Construção	-12,6	-8,2	-11,1	-6,1	-12,6	-8,2	-11,1	-6,1
Serviços	-9,9	-5,4	-11,2	-5,9	-9,9	-5,4	-11,2	-5,9
Comércio	-11,6	-7,2	-14,1	-6,9	-11,6	-7,2	-14,1	-6,9
Transporte, armazenagem e								
correio	-5,6	-2,1	-20,8	-11,3	-5,6	-2,1	-20,8	-11,3
Serviços de informação	-2,6	-0,5	-3,2	-1,0	-2,6	-0,5	-3,2	-1,0
Intermediação financeira e								
seguros	0,5	1,6	3,6	2,8	0,5	1,6	3,6	2,8
Atividades imobiliárias	1,0	1,1	1,4	1,5	1,0	1,1	1,4	1,5
Outros serviços	-23,7	-13,8	-23,6	-13,6	-23,7	-13,8	-23,6	-13,6
Administração, educação e								
saúde públicas	-3,7	-1,5	-8,6	-4,5	-3,7	-1,5	-8,6	-4,5

Fonte: SPGG-RS (RIO GRANDE DO SUL, 2020a).
IBGE (2020f).

A estiagem também teve reflexos sobre a indústria do Rio Grande do Sul, embora seu desempenho

negativo esteja muito mais relacionado com os efeitos que a pandemia teve sobre o setor. No 2.º trim./2020, o VAB da indústria do Estado apresentou queda de 19,3% na comparação com o mesmo trimestre de 2019 e de 12,3% no primeiro semestre. Nas duas bases de comparação, o desempenho do Rio Grande do Sul foi inferior ao do Brasil. Para tanto, foram decisivas as diferenças nas taxas dos VABs da indústria extrativa mineral e de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana.

No primeiro caso, o desempenho negativo no Estado teve impacto reduzido, pois a atividade é pouco representativa na matriz produtiva gaúcha. Já pelo lado do Brasil, a atividade não apenas tem mais peso, como apresentou crescimento positivo. Quanto à segunda atividade, o pior desempenho verificado no Estado esteve ligado à redução da produção de energia nas usinas hidrelétricas, a partir da diminuição dos níveis dos reservatórios em função da escassez de chuvas.

Afetadas diretamente pela pandemia, os VABs da construção e da indústria de transformação do Estado apresentaram desempenhos mais parecidos com os do Brasil. No primeiro caso, houve queda de 12,6% no trimestre e de 8,2% no semestre, taxas apenas levemente inferiores às verificadas no Brasil, nos mesmos períodos de comparação. Embora pequenas obras tenham até crescido durante a pandemia, como comprova o aumento das vendas de produtos de material de construção já a partir do mês de maio, as grandes obras de edificações e de infraestrutura foram negativamente impactadas pelo enfrentamento ao vírus.

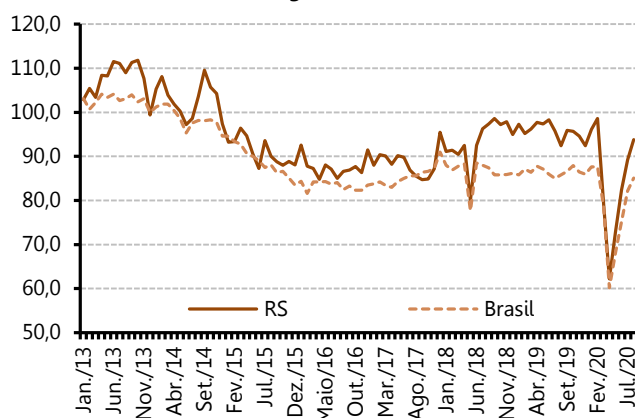
A indústria de transformação foi uma das atividades econômicas mais impactadas pela pandemia, pelo lado tanto da oferta quanto da demanda. Restrições ao funcionamento de fábricas e queda do consumo tiveram efeito direto sobre a produção industrial, seja ela local, nacional ou global.

Dentro desse quadro, o VAB da indústria de transformação do Estado apresentou quedas de 19,5% e 11,5%, respectivamente, no segundo trimestre e no acumulado do ano, taxas bastante próximas das registradas pelo Brasil, uma vez que a atividade industrial do Rio Grande do Sul enfrentou, de maneira geral, os mesmos problemas que a indústria nacional. A atividade, que fora intensamente afetada pela crise de 2014-16 e que passava por uma lenta recuperação desde o início de 2017, viu a produção despencar nos meses de março e abril de 2020, registrando quedas,

em relação aos meses imediatamente anteriores, de 19,6% e 21,6% respectivamente (**Gráfico 3.2**).

A boa notícia é que a recuperação se iniciou ainda no mês de maio, quando a produção física da indústria do Estado cresceu 17,0% em relação ao mês anterior, na série com ajuste sazonal. Nos meses seguintes, a recuperação prosseguiu, apresentando taxas positivas, embora declinantes, em junho (13,2%), julho (8,3%) e agosto (5,2%). Ao final deste último mês, no entanto, o nível da produção ainda se encontrava 4,9% abaixo do nível observado em fevereiro, mês anterior ao início das restrições relacionadas à pandemia no Estado e no País.

Gráfico 3.2 - Índice da produção física da indústria de transformação do Rio Grande do Sul e do Brasil — jan./2013-ago./2020



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (IBGE, 2020h).
Nota: 1. Os índices têm como base a média de 2012 = 100.
2. Série com ajuste sazonal.

Apesar da rápida recuperação, as perdas ao longo dos meses anteriores foram bastante intensas. Entre janeiro e agosto de 2020, a produção física da indústria do Estado acumulou queda de 12,4% em relação ao mesmo período de 2019, contra uma retração de 9,5% no Brasil (**Tabela 3.4**).

Das 14 atividades pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas quatro apresentaram crescimento no acumulado de janeiro a agosto. A de produtos alimentícios, com crescimento de 1,4% no período, foi beneficiada pelos aumentos do consumo interno de alimentos e das exportações de carnes. Também cresceram as atividades de produtos do fumo (2,3%); celulose e produtos de papel (2,8%); e derivados de petróleo e biocombustíveis (2,3%).

Entre as 10 atividades que apresentaram queda de janeiro a agosto, em sete delas a taxa de variação atingiu dois dígitos. A atividade de veículos automotores, reboques e carrocerias foi a mais prejudicada,

com queda de 34,1% no período, impactada diretamente pela diminuição do consumo interno e das vendas externas, notadamente para a Argentina. Em seguida, veio a atividade de couros e calçados, com queda de 33,9% no período, afetada pela queda das vendas internas de calçados e pela retração das exportações. Metalurgia, com queda de 17,8%, foi impactada pela menor demanda da atividade de veículos. Também apresentou queda, de 15,3%, a atividade de produtos de minerais não metálicos, em função das diminuições da fabricação de produtos direcionados para a construção civil. A fabricação de móveis, afetada pela queda do consumo, principalmente em abril, apresentou retração de 14,8% no período. Também caiu a produção de máquinas e equipamentos (-11,3%), atividade impactada pelas menores vendas tanto internas quanto externas. Por fim, a atividade de produtos químicos teve queda de 11,2%, igualmente atingida pela menor demanda interna e externa.

Tabela 3.4 - Taxas de crescimento da produção física da indústria de transformação em relação ao mesmo período do ano anterior, por atividade econômica, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 2020

ATIVIDADES	RS		BRASIL	
	Jan.-Ago./20	Ago./20	Jan.-Ago./20	Ago./20
Indústria de transformação	-12,4	-1,6	-9,5	-2,7
Produtos alimentícios	1,4	-0,7	5,0	5,7
Bebidas	-0,5	22,5	-5,7	11,7
Produtos do fumo	2,3	17,0	3,6	12,6
Couros e calçados	-33,9	-46,6	-32,2	-23,6
Celulose e produtos de papel	2,8	9,7	0,4	0,5
Derivados do petróleo e biocombustíveis	2,3	3,3	4,1	6,0
Produtos químicos	-11,2	7,3	-3,5	1,6
Produtos de borracha e plástico	-6,6	7,1	-9,0	4,1
Produtos de minerais não metálicos	-15,3	-7,4	-9,6	3,5
Metalurgia	-17,8	5,8	-14,2	-7,9
Produtos de metal	-3,5	17,1	-7,3	5,9
Máquinas e equipamentos	-11,3	-3,4	-14,5	-7,0
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-34,1	-10,4	-39,9	-25,7
Móveis	-14,8	5,1	-11,1	11,3

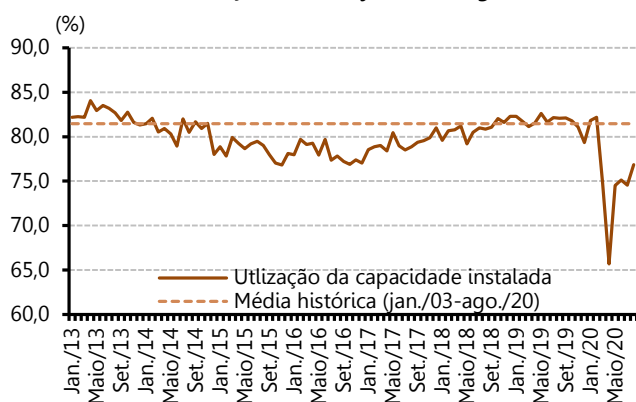
Fonte: Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (IBGE, 2020h).

Como visto no Gráfico 3.2, a partir de maio a produção industrial voltou a crescer quando comparada com o mês imediatamente anterior. Para tanto, as atividades que apresentaram, a partir de maio, as

maiores recuperações foram bebidas, produtos do fumo, produtos de borracha e de material plástico, produtos de metal e móveis. Em agosto, último dado disponível, das 14 atividades, nove já apresentavam taxas positivas, mesmo quando comparadas com o mesmo período do ano anterior. São elas: bebidas (22,5%), produtos de metal (17,1%), produtos do fumo (17,0%), celulose e papel (9,7%), produtos químicos (7,3%), produtos de borracha e de material plástico (7,1%), metalurgia (5,8%), móveis (5,1%) e derivados de petróleo e biocombustíveis (3,3%). Por outro lado, atividades importantes na matriz produtiva do Estado, como couros e calçados, veículos automotores, rebocos e carrocerias e máquinas e equipamentos ainda apresentavam taxas negativas de 46,6%, 10,4% e 3,4% respectivamente.

O indicador da utilização da capacidade instalada da indústria, que, após um longo período, estava novamente acima da média histórica nos primeiros meses de 2020, sofreu intensa queda em março e, principalmente, em abril, quando atingiu o valor de 65,7% (**Gráfico 3.3**). As restrições de funcionamento das fábricas e a falta de demanda impactaram diretamente a utilização da capacidade instalada do setor. Em maio, o indicador voltou a crescer, mas o crescimento perdeu força nos meses seguintes. Em agosto, ainda se encontrava 5,3 pontos percentuais abaixo do nível de fevereiro de 2020. Esse comportamento reflete as dificuldades da indústria em retomar a pleno sua produção. As atividades que apresentam as maiores defasagens entre fevereiro e agosto, segundo a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), foram as de veículos automotores, químicos, derivados de petróleo e biocombustíveis e couros e calçados.

Gráfico 3.3 - Utilização da capacidade instalada da indústria de transformação do RS — jan./2013-ago./2020



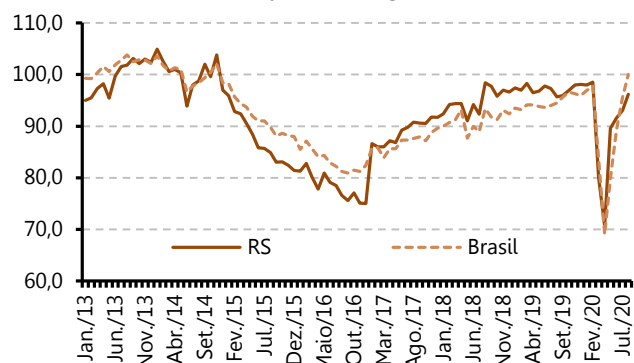
Fonte: FIERGS (2020).
Nota: Série com ajuste sazonal.

O setor de serviços do Estado também foi severamente impactado pelos efeitos da pandemia. As restrições a aglomerações, a menor circulação de pessoas e a alta do desemprego atingiram as principais atividades do setor. O VAB dos serviços apresentou queda de 9,9% no segundo trimestre do ano e de 5,4% no primeiro semestre, sempre na comparação com igual período do ano anterior. Ao contrário da indústria, o desempenho dos serviços do Rio Grande do Sul foi levemente superior à média nacional. Das sete desagregações dos serviços, apenas os valores adicionados das atividades de intermediação financeira e seguros (0,5%) e atividades imobiliárias (1,0%) apresentaram crescimento no segundo trimestre. Já os VABs de transporte, armazenagem e correio (-5,6%), serviços de informação (-2,6%) e administração pública, educação e saúde públicas (-3,7%) tiveram retrações no período.

O VAB de outros serviços, um agregado das atividades de alojamento e alimentação, atividades profissionais, científicas e técnicas, educação e saúde privadas, artes, cultura, esporte e recreação e serviços domésticos, apresentou forte queda de 23,7% no segundo trimestre, em linha com o ocorrido no Brasil.

O VAB do comércio do Rio Grande do Sul teve um desempenho superior ao da média nacional. Mesmo assim, a queda registrada no segundo trimestre, comparado com igual período de 2019, foi de expressivos 11,6%. No semestre, a retração foi de 7,2%. A queda observada no volume de vendas do comércio varejista ampliado teve início, a exemplo do Brasil, em março, quando a atividade apresentou retração de 18,7% em relação a fevereiro, na série com ajuste sazonal. Em abril, a queda foi de 11,7%, representando o pior momento para as vendas do setor (**Gráfico 3.4**). Da mesma forma que o ocorrido na produção física da indústria de transformação, a recuperação foi rápida, com crescimentos de 26,7% em maio, 2,2% em junho, 1,6% em julho e 3,3% em agosto. Tal recuperação, no entanto, não significou, para o comércio do Rio Grande do Sul, a volta ao nível de vendas de fevereiro. Em agosto, o volume de vendas ainda estava 2,3% abaixo do segundo mês do ano.

Gráfico 3.4 - Índice do volume de vendas do comércio varejista ampliado do Rio Grande do Sul e do Brasil — jan./2013-ago./2020



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE, 2020i).

Nota: 1. Os índices têm como base a média de 2014 = 100.

2. Série com ajuste sazonal.

A rápida recuperação não evitou as perdas acumuladas entre os meses de janeiro e agosto. Nesse período, comparado com igual período do ano anterior, o volume de vendas do comércio varejista ampliado do Estado apresentou queda de 7,6%, contra retração de 5,0% observada no Brasil. Dos 11 ramos comerciais da **Tabela 3.5**, quatro deles apresentaram quedas de dois dígitos. Dentre as maiores quedas, destaque para as atividades de tecidos, vestuário e calçados (-38,1%) e de veículos, motocicletas, partes e peças (-25,8%). Esses dois ramos sofreram bastante com as decisões, por parte dos consumidores, de postergar a compra dos produtos relacionados a essas atividades comerciais. Também apresentaram quedas expressivas os ramos de livros, jornais, revistas e papelaria (-34,8%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (-10,5%). As duas únicas atividades comerciais que apresentaram crescimento de janeiro a agosto foram as de hipermercados, supermercados, alimentos, bebidas e fumo (7,0%) e material de construção (1,0%). O primeiro ramo beneficiou-se da maior presença das pessoas em suas casas, onde demandam mais produtos de primeira necessidade. O maior tempo em casa também impactou positivamente as vendas de material de construção, ao mesmo tempo em que o dinheiro do Auxílio Emergencial possibilitou a um número importante de famílias realizar gastos com pequenas reformas.

A melhora das vendas do comércio a partir de maio foi impulsionada, principalmente, por quatro ramos: hipermercados, supermercados, alimentos, bebidas e fumo; móveis; eletrodomésticos; e material de construção. Em agosto, cinco atividades já apresentavam taxas positivas em relação a agosto de 2019, as mesmas citadas acima, mais a de artigos farmacêuticos.

ticos, médicos ortopédicos, de perfumaria e cosméticos. De outro lado, as vendas de tecidos, vestuário e calçados; livros, jornais, revistas e papelaria; equipamentos para escritório, informática e comunicação; outros artigos de uso pessoal e doméstico; e veículos, motocicletas, partes e peças ainda não haviam recuperado os patamares de agosto de 2019.

Tabela 3.5 - Taxa de crescimento do volume de vendas do comércio varejista ampliado em relação ao mesmo período do ano anterior, por atividade econômica, no Rio Grande do Sul e no Brasil — 2020

ATIVIDADES	Taxa de crescimento (%)			
	RS		BRASIL	
	Jan.-Ago./20	Ago./20	Jan.-Ago./20	Ago./20
Comércio varejista ampliado	-7,6	-1,9	-5,0	3,9
Combustíveis e lubrificantes	-7,0	-4,9	-11,7	-9,1
Hipermercados, supermercados, alimentos, bebidas e fumo	7,0	7,5	5,6	3,0
Tecidos, vestuário e calçados	-38,1	-27,9	-33,4	-6,5
Móveis	-5,9	26,3	5,7	39,9
Eletrodomésticos	-8,4	9,8	7,6	35,8
Artigos farmacêuticos, de perfumaria e cosméticos	-0,9	0,8	5,5	8,8
Livros, jornais, revistas e papelaria.....	-34,8	-31,7	-29,9	-43,2
Equipamentos para escritório, informática e comunicação	-8,8	-23,2	-19,5	-11,8
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-10,5	-5,3	-4,2	18,9
Veículos, motocicletas, partes e peças	-25,8	-19,3	-20,1	-9,8
Material de construção	1,0	17,8	4,9	24,1

Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE, 2020i).

3.2 SETOR EXTERNO

Dado o caráter pandêmico do novo coronavírus, com efeitos econômicos globais, o comércio internacional foi bastante impactado ao longo de 2020. Dentro desse contexto, as exportações do Rio Grande do Sul atingiram o valor de US\$ 10.921,0 milhões de janeiro a setembro de 2020, uma retração de 22,6% em relação ao mesmo período do ano anterior (**Tabela 3.6**).

As atividades que mais contribuíram para esse resultado negativo foram celulose e papel (-58,0%), produtos do fumo (-35,9%), produtos químicos (-34,6%), veículos automotores, reboques e carroce-

rias (-43,2%), couros e calçados (-28,4%) e máquinas e equipamentos (-17,%). Por outro lado, a agropecuária cresceu 3,9% no período, com avanço de 3,5% no valor embarcado de soja, 95,8% dele para a China. Também cresceram as vendas externas de produtos alimentícios. A expansão de 17,3% no valor esteve relacionada com os maiores embarques de carnes bovina, suína e de frango.

Tabela 3.6 - Valor das exportações acumulado no ano, total e por atividade econômica, do Rio Grande do Sul — jan.-set. 2019-20

ATIVIDADES	VALOR (US\$ milhão)		VARI- ÇÃO %	PARTI- PAÇÃO % EM 2020
	Jan.- Set./19	Jan.- Set./20		
Agropecuária	3.237,1	3.363,2	3,9	30,8
Produtos alimentícios	2.155,9	2.529,7	17,3	23,2
Produtos do fumo	1.367,8	876,8	-35,9	8,0
Produtos químicos	1.218,6	796,5	-34,6	7,3
Veículos automotores, re- boques e carrocerias	860,4	488,5	-43,2	4,5
Máquinas e equipamentos	589,9	488,4	-17,2	4,5
Couros e calçados	681,8	488,4	-28,4	4,5
Celulose e papel	1.140,2	478,3	-58,0	4,4
Produtos de metal	369,7	363,9	-1,6	3,3
Madeira e seus produtos.....	178,3	195,6	9,7	1,8
Outros	2.304,8	851,7	-63,0	7,8
TOTAL	14.104,5	10.921,0	-22,6	100,0

Fonte: Comex Stat (BRASIL, 2020a).

Dentre os 10 principais destinos das exportações gaúchas em 2020, apenas um país aumentou as compras do Estado de janeiro a setembro, em relação ao mesmo período do ano anterior (**Tabela 3.7**). As exportações para o Vietnã cresceram 32,3%, com a expansão das vendas de trigo, farelo de soja e carne suína. Todos os outros nove países da lista diminuíram suas compras do RS. As exportações para a China caíram 4,5%, principalmente em razão da queda dos embarques de celulose. Para os Estados Unidos, as vendas foram 19,9% menores nos primeiros nove meses de 2020, com a diminuição dos valores de celulose e fumo. A Argentina, terceiro principal parceiro comercial do Estado, comprou 19,9% menos, notadamente pela retração dos envios de automóveis para o país vizinho. As vendas para o Chile, dentre os principais destinos, foram as que mais caíram no período (-43,6%). O país da América do Sul comprou menos ônibus e produtos químicos do Rio Grande do Sul.

Tabela 3.7 - Valor das exportações acumulado no ano, total e por destino, do Rio Grande do Sul — jan.-set. 2019-20

PAÍSES	VALOR (US\$ milhão)		VARI- ÇÃO %	PARTI- PAÇÃO % EM 2020
	Jan.- Set./19	Jan.- Set./20		
China	3.896,6	3.723,1	-4,5	34,1
Estados Unidos	1.136,2	909,6	-19,9	8,3
Argentina	747,6	598,8	-19,9	5,5
Bélgica	429,4	320,7	-25,3	2,9
Uruguai	299,4	254,0	-15,2	2,3
Coreia do Sul.....	270,0	244,8	-9,3	2,2
Arábia Saudita.....	269,0	236,5	-12,1	2,2
Chile	413,7	233,2	-43,6	2,1
Paraguai	273,6	216,8	-20,7	2,0
Vietnã.....	139,5	184,5	32,3	1,7
Outros	6.229,6	3.999,1	-35,8	36,6
TOTAL	14.104,5	10.921,0	-22,6	100,0

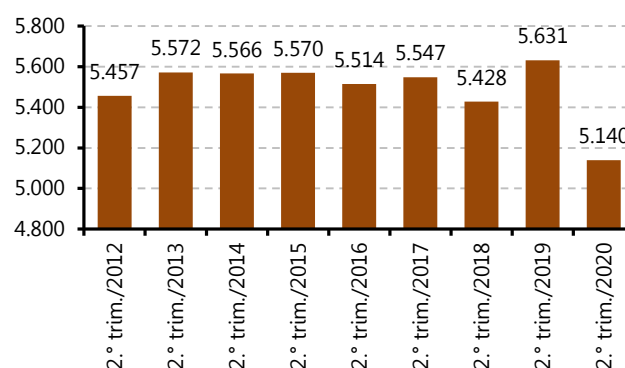
Fonte: Comex Stat (BRASIL, 2020a).

3.3. MERCADO DE TRABALHO

Em meio a um quadro de queda do PIB e de distanciamento social, ocasionado tanto pelas restrições formais quanto pela mudança de comportamento da própria população, as condições do mercado de trabalho no Rio Grande do Sul e no País pioraram bastante no segundo trimestre do ano. Abaixo, são apresentados os principais resultados. Para um aprofundamento maior, consulte o **Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul** de outubro de 2020 (BOLETIM..., 2020).

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) informam mudanças importantes nos números da ocupação, da força de trabalho, da taxa de desocupação e da massa real de rendimentos. No 2.º trim./2020, o número de ocupados no Rio Grande do Sul atingiu 5.140 mil pessoas, um decréscimo relativo de 8,7% e absoluto de 490 mil pessoas na comparação com igual trimestre de 2019 (**Gráfico 3.5**). Esse é o menor número de ocupados desde o início da pesquisa, em 2012.

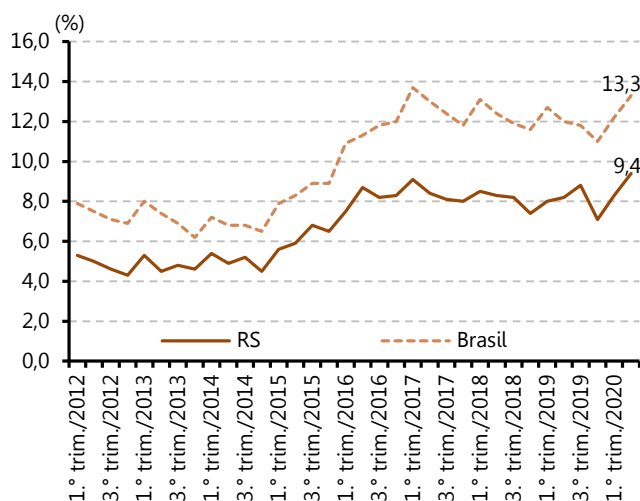
Gráfico 3.5 - Número de ocupados no Rio Grande do Sul — 2.º trim. 2012-20



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2020f).

A taxa de desocupação alcançou 9,4% da força de trabalho, um aumento de 1,2 ponto percentual em relação à taxa do segundo trimestre no ano anterior, e o maior valor já registrado pela pesquisa (**Gráfico 3.6**). A taxa de desocupação só não cresceu mais porque o número de pessoas na força de trabalho encolheu de 6.136 mil no 2.º trim./2019 para 5.675 mil no 2.º trim./2020, uma diminuição absoluta de 460 mil pessoas. Seja pelas restrições de circulação relacionadas à pandemia, seja pela falta de perspectivas de encontrar um emprego, as pessoas acabaram por reduzir a oferta de trabalho. Esse mesmo movimento ocorreu no Brasil, onde a taxa de desocupação foi de 13,3% no período.

Gráfico 3.6 - Taxa de desocupação no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-2.º trim./2020



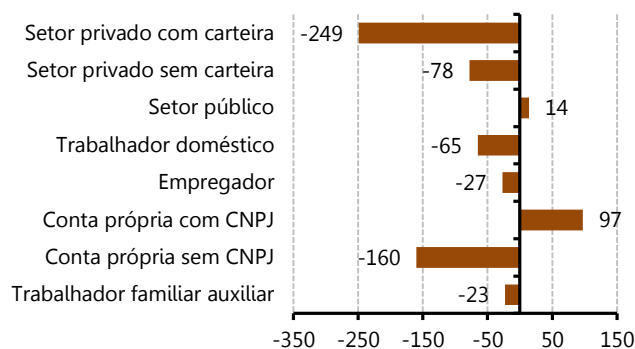
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2020f).

Por tipo, apenas os empregos no setor público e por conta própria com registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) apresentaram aumento no 2.º trim./2020 (14 mil pessoas e 97 mil pessoas respectivamente), em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Por outro lado, houve queda dos empregos no setor privado com carteira (-249 mil pessoas), no setor privado sem carteira (-78 mil pessoas), para o trabalhador doméstico (-65 mil pessoas), para o empregador (-27 mil pessoas), para os conta própria sem CNPJ (-160 mil pessoas) e para o trabalhador familiar auxiliar (-23 mil pessoas) (**Gráfico 3.7**).

O rendimento médio real passou de R\$ 2.597 no 2.º trim./2019 para R\$ 2.637 no mesmo período de 2020, indicando, segundo o IBGE, estabilidade no valor. Mas como o número de ocupados caiu muito, a massa de rendimentos real também caiu, passando de R\$ 14.177 milhões para R\$ 13.104 milhões, queda de

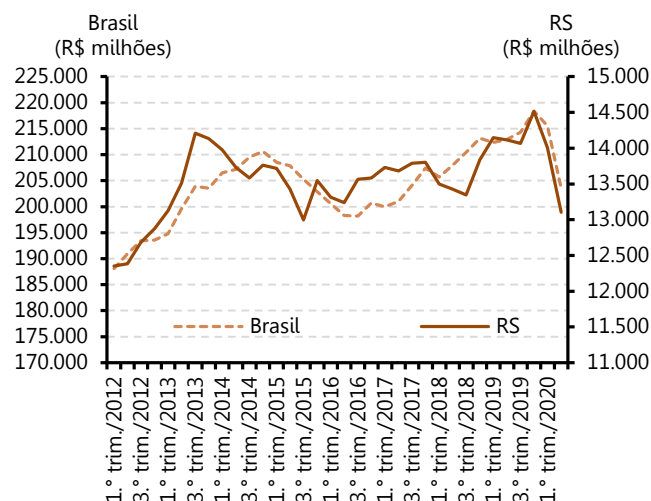
7,2%, o que representa uma redução de R\$ 1.013 milhão mensais na renda do trabalho (**Gráfico 3.8**).

Gráfico 3.7 - Variação absoluta do número de ocupados (em 1.000 pessoas), por tipo de emprego, no Rio Grande do Sul — 2.º trim./2020/2.º trim./2019



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2020f).

Gráfico 3.8 - Massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas no Rio Grande do Sul e no Brasil — 1.º trim./2012-2.º trim./2020

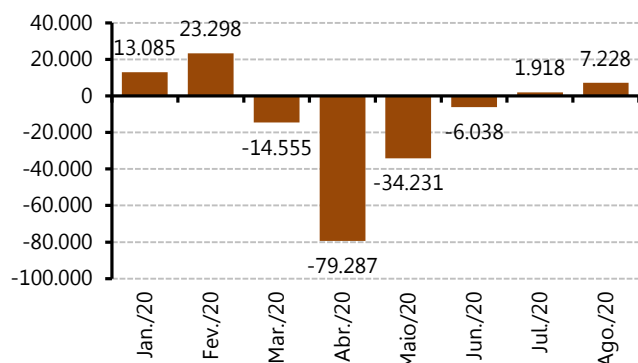


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2020f).

A evolução do emprego formal, ao longo de 2020, no Rio Grande do Sul obedeceu à trajetória da economia. Conforme pode ser observado no **Gráfico 3.9**, que apresenta dados do novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), o ano começou com resultados positivos em janeiro e fevereiro, acumulando um saldo de 36.383 novos empregos. Em março, no entanto, ocorreu a reversão do quadro positivo, com perda líquida de 14.555 empregos. No mês seguinte, a queda intensificou-se, registrando -79.287 empregos. Em maio e junho, as perdas líquidas arrefeceram, mesmo assim o saldo acumulado desses dois meses foi negativo em 40.269 vagas. A economia gaúcha começou a criar novas vagas de

emprego apenas em julho e agosto (acréscimos de 1.918 e 7.228 respectivamente).

Gráfico 3.9 - Saldo entre admitidos e desligados no emprego formal do Rio Grande do Sul — jan.-ago. 2020



Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2020b).

Os saldos positivos dos dois últimos meses estiveram longe, no entanto, de significar uma recuperação em relação às grandes perdas registradas entre março e junho. No acumulado do ano, entre janeiro e agosto, a economia do Estado perdeu 88.582 empregos, uma variação de -3,5% em relação ao estoque de empregos de janeiro de 2020 (Tabela 3.8). Com exceção da agropecuária, que criou 115 novas vagas no período, todas as outras atividades apresentaram perdas líquidas de emprego.

Tabela 3.8 - Saldo do emprego formal entre admitidos e desligados, estoque e variação, total e por atividade econômica, no Rio Grande do Sul — jan.-ago./2020

ATIVIDADES	SALDO	ESTOQUE EM AGO/20	VARIAÇÃO %
Total	-88.582	2.424.299	-3,5
Agropecuária	115	83.334	0,1
Indústria de transformação	-14.261	602.487	-2,3
Construção	-1.743	114.521	-1,5
Outras indústrias	-310	30.651	-1,0
Comércio	-33.628	581.963	-5,5
Serviços	-38.755	1.011.343	-3,7

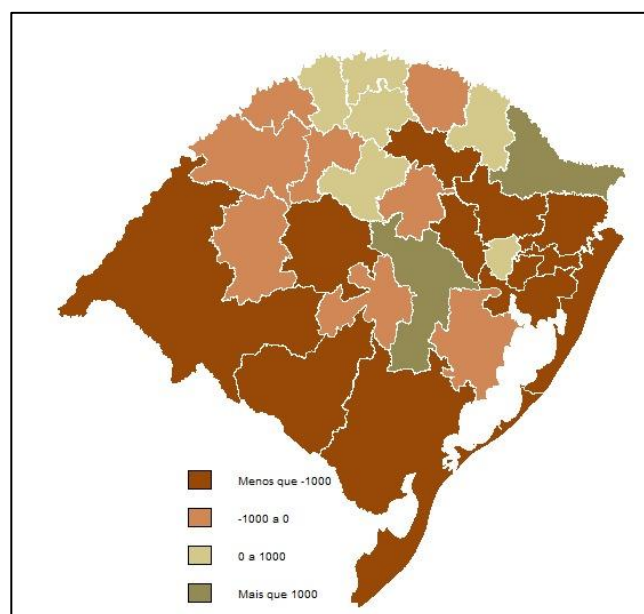
Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2020b).

As atividades mais impactadas foram as de serviços e do comércio, com saldos negativos de -38.755 e -33.628 empregos respectivamente. Em termos relativos, o comércio foi a atividade que apresentou o maior recuo (-5,5%). Na sequência, vem a indústria de transformação, que teve, entre janeiro e agosto, uma redução de 14.261 empregos. Também apresentaram saldos negativos as atividades de construção (-1.743) e outras indústrias (-310).

Regionalmente, as perdas de emprego ocorreram de forma generalizada. Das 28 regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) do Estado, em apenas oito houve criação de novas vagas entre janeiro e agosto (Figura 3.1). Os municípios do Corede Vale do Rio Pardo apresentaram saldo positivo de 3.596 empregos, movimento relacionado com a sazonalidade da produção da indústria do fumo na região. Na sequência, vem o Corede Campos de Cima da Serra, com criação de 1.098 empregos no período, resultado da colheita da maçã. Também apresentaram saldo positivo os Coredes Médio Alto Uruguai, Celeiro, Alto Jacuí, Rio da Várzea, Nordeste e Vale do Caí.

As maiores perdas ocorreram nos Coredes Metropolitano Delta do Jacuí (-34.957), Vale do Rio dos Sinos (-17.541), Serra (-7.670) e Litoral (-6.151). Nos casos do Metropolitano Delta do Jacuí e do Litoral, as perdas de empregos concentraram-se nas atividades de comércio e serviços, enquanto, nos Coredes Serra e Vale do Rio dos Sinos, os saldos negativos foram determinados pelos desligamentos superiores às admissões nas atividades de serviços, indústria de transformação e comércio.

Figura 3.1 - Saldo entre admitidos e desligados no emprego formal nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) do Rio Grande do Sul — jan.-ago. 2020



Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2020b).

Entre os 497 municípios do Estado, 193 apresentaram saldo positivo na criação de empregos, 293 tiveram saldo negativo, e, em 11, o saldo foi zero. Os municípios que apresentaram os maiores saldos positivos foram Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera

Cruz, com a maioria dos empregos sendo criados na indústria do fumo (**Tabela 3.9**). Na sequência, vem Vacaria, que aumentou os empregos na atividade de colheita da maçã. Finalmente, entre os cinco primeiros, aparece Marau, com grande parte das novas vagas tendo origem da indústria de alimentos.

Os maiores saldos negativos ocorreram nos Municípios de Porto Alegre (maiores perdas de emprego nas atividades de serviços e comércio), Caxias do Sul (principalmente serviços e indústria de veículos automotores, reboques e carrocerias), Novo Hamburgo (notadamente na indústria de calçados), Gramado (alojamento e alimentação sendo a principal atividade a apresentar saldo negativo) e Canoas (maiores perdas em serviços e comércio).

Tabela 3.9 - Maiores saldos entre admitidos e desligados, estoque do emprego formal e variação, por municípios, no Rio Grande do Sul – jan.-ago. 2020

MUNICÍPIOS	SALDO	ESTOQUE EM AGO/20	VARIAÇÃO %
Maiores saldos positivos			
Santa Cruz do Sul	1.977	40.945	5,1
Venâncio Aires	1.561	16.184	10,7
Vera Cruz	885	4.646	23,5
Vacaria	704	17.137	4,3
Marau	600	14.079	4,5
Maiores saldos negativos			
Porto Alegre	-27.436	518.330	-5,0
Caxias do Sul	-6.594	144.068	-4,4
Novo Hamburgo ..	-5.812	62.531	-8,5
Gramado	-3.233	14.614	-18,1
Canoas	-3.117	72.923	-4,1

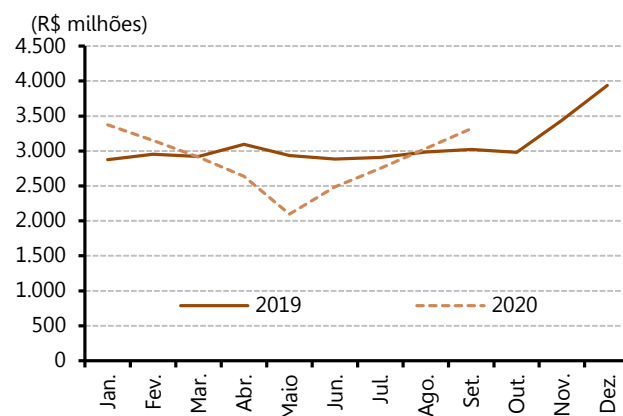
Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2020b).

3.4 ARRECADAÇÃO DE ICMS

Dada sua relação direta com a atividade econômica, a trajetória da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Rio Grande do Sul apresentou um formato já característico e presente nas evoluções da indústria de transformação e do comércio, qual seja, crescimento nos primeiros meses do ano, queda pronunciada em abril/maio, em função do avanço da pandemia, e retomada relativa a partir de maio/junho (**Gráfico 3.10**). Em agosto, a arrecadação já foi 1,7% maior que a do mesmo mês de 2019, e, em setembro, já refletindo uma recuperação mais firme da atividade econômica, o ICMS arrecadado foi 9,8% maior, sempre na comparação com igual período do ano anterior.

No acumulado de janeiro a setembro de 2020, o valor arrecadado com o imposto chegou a R\$ 25.760,7 milhões, um decréscimo de 3,1% em relação ao montante de 2019 (**Tabela 3.10**). Setorialmente, as maiores perdas ocorreram na atividade de informação e comunicação (-10,6%) e na indústria de transformação (-7,2%). Dentro do setor industrial, que apresentou perdas absolutas de R\$ 937,9 milhões, as maiores quedas de arrecadação aconteceram nas atividades de derivados de petróleo, de produtos químicos, de veículos automotores, de calçados e de bebidas. Por outro lado, a importante atividade do comércio apresentou crescimento no período, de 2,8%, um aumento absoluto de R\$ 205,6 milhões. Para tal desempenho, foi fundamental o crescimento das vendas de hiper e supermercados.

Gráfico 3.10 - Arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) no Rio Grande do Sul — 2019-20



Fonte: Sefaz-RS/Dados Abertos (RIO GRANDE DO SUL, 2020).
Nota: Valores corrigidos pelo IPCA.

Tabela 3.10 - Arrecadação e variação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) no Rio Grande do Sul — jan.-set. 2019-20

ATIVIDADES	VALOR (R\$ milhões)		VARIACÃO %
	Jan.-Set./2019	Jan.-Set./2020	
Agropecuária	134,0	211,8	57,3
Indústria de transformação	13.001,1	12.063,2	-7,2
Outras indústrias	2.967,9	2.954,0	-0,5
Comércio	7.282,6	7.488,2	2,8
Informação e comunicação	1.702,4	1.521,8	-10,6
Outros serviços	570,2	620,2	8,8
Não classificadas	923,2	902,5	-2,2
TOTAL	26.581,4	25.760,7	-3,1

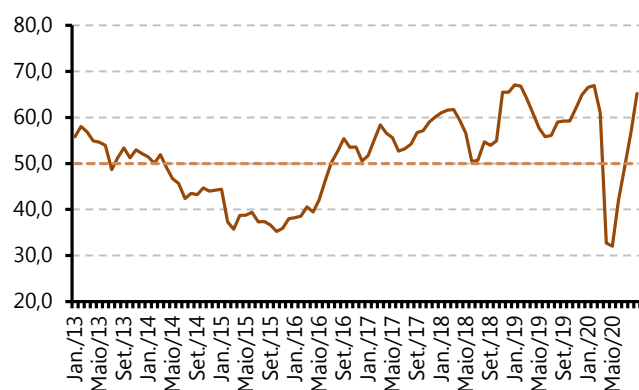
Fonte: Sefaz-RS/Receita Dados (RIO GRANDE DO SUL, 2020).
Nota: Valores corrigidos pelo IPCA.

3.5 PERSPECTIVAS

Dados mais recentes sobre o desempenho da indústria de transformação e do comércio varejista do Rio Grande do Sul indicam uma retomada relativa da economia gaúcha no terceiro e no quarto trimestre do ano. Ao que tudo indica, as perdas verificadas no primeiro semestre deverão ser parcialmente compensadas com a recuperação no segundo semestre, de forma que, no acumulado do ano, a taxa de crescimento seja menos negativa do que foi nos primeiros seis meses de 2020. Com isso, também deverá haver recuperação da arrecadação de ICMS, dando sequência aos aumentos já verificados em agosto e setembro.

Os últimos dados do Índice de Confiança do Empresário Industrial gaúcho (ICEI-RS) mostram o retorno do otimismo nesse setor. Após despencar durante os meses de abril e maio, o indicador apresentou uma relativa recuperação nos meses seguintes (**Gráfico 3.11**). Em setembro, o índice alcançou o valor de 65,2, demonstrando otimismo e reaproximando-se do valor de fevereiro, mês imediatamente anterior ao início dos efeitos da pandemia sobre a economia gaúcha. A elevação do índice deu-se pela melhora, segundo a visão dos empresários, nas condições atuais da economia brasileira e das empresas. Também melhoraram as avaliações quanto às expectativas para os próximos seis meses.

Gráfico 3.11 - Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI-RS) no Rio Grande do Sul — jan./2013-set./2020



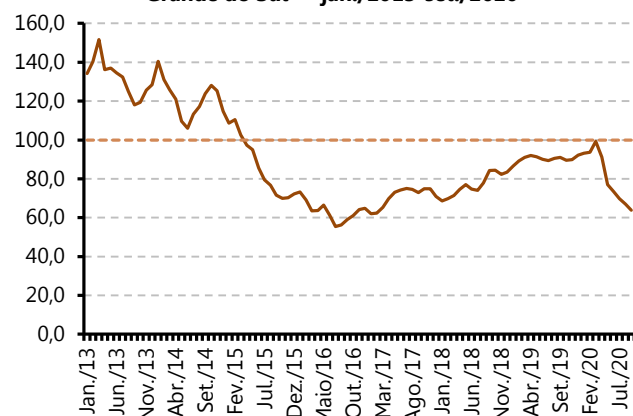
Fonte: FIERGS (2020a).

Nota: O índice varia entre 0 e 100 pontos; valores acima de 50 pontos indicam otimismo.

Pelo lado dos setores de comércio e serviços, os dados sobre a intenção de consumo das famílias gaúchas (ICF-RS) ainda sinalizam níveis de precaução em relação ao comprometimento do orçamento com o consumo. O indicador apresentou queda ininterrupta

entre março e setembro, quando alcançou o valor de 63,8, o mais baixo desde fevereiro de 2017 (**Gráfico 3.12**). Os dados indicam que o consumidor, de maneira geral, permanece bastante cauteloso em relação ao consumo, frente ao aumento da insegurança em relação às condições de emprego e renda. As perspectivas relacionadas ao mercado de trabalho permanecem pessimistas, e a proximidade do fim do auxílio emergencial não traz segurança para o aumento do consumo por parte das famílias.

Gráfico 3.12 - Intenção de consumo das famílias (ICF-RS) no Rio Grande do Sul — jan./2013-set./2020



Fonte: Fecomércio-RS (2020).

Nota: O índice varia entre 0 e 200 pontos; valores acima de 100 pontos indicam otimismo.

Como se vê, a possibilidade de uma recuperação mais firme ainda enfrenta obstáculos. Pelo lado do consumo, as limitações estão relacionadas com a deterioração das condições do mercado de trabalho, com aumento da taxa de desemprego e queda da massa de rendimentos. Pelo lado do investimento, mesmo com o crescimento do nível de confiança dos empresários, os altos índices de capacidade ociosa no setor industrial devem impedir uma retomada do investimento, pelo menos no curto prazo.

Para além desses pontos estritamente econômicos, ainda paira elevada incerteza quanto à própria evolução da pandemia e de como seu desenvolvimento afetará o desempenho futuro das economias global, nacional e regional.

BOXE

FRUSTRAÇÃO DE SAFRA E PREÇOS RECORDES DE GRÃOS NO RIO GRANDE DO SUL

Esse tem sido um ano de extremos para a agricultura gaúcha. As expectativas de safra recorde de grãos rapidamente foram frustradas em razão da estiagem, que afetou gravemente o rendimento físico das principais culturas de verão. O encolhimento da oferta local coincidiu com o recorde da produção nacional de grãos e com um momento de forte aquecimento das demandas interna e externa. Os preços agrícolas no Brasil atingiram picos históricos no segundo semestre, com repercussões para os produtores, a indústria e os consumidores finais. Na sequência, são analisadas as fontes de variação dos preços dos principais grãos cultivados no território gaúcho e as perspectivas para a próxima safra.

No Rio Grande do Sul, conforme a safra de verão era colhida, a desvalorização do real frente ao dólar acentuava-se, aumentando a atratividade do produto brasileiro e inflando os preços pagos ao produtor (equalização entre preços internos e externos). Além disso, a incerteza criada pela pandemia da Covid-19 desencadeou um movimento internacional de recomposição de estoques de grãos, o que pressionou as cotações externas e reforçou a alta dos preços no mercado brasileiro.

Na soja, principal atividade agrícola do Estado, de janeiro a setembro foram exportadas 10,2 milhões de toneladas (grão, farelo e óleo). Essa quantidade supera em 3,8% a registrada em igual período de 2019 e foi alcançada mesmo com uma produção 39,4% menor. O volume exportado pelo complexo soja nos nove primeiros meses do ano equivale a mais de 90% da produção colhida em solo gaúcho em 2020. Com esse nível de exportações e o crescimento da demanda interna das indústrias de rações (para o setor de carnes) e de óleos vegetais (para o setor de biodiesel e óleos comestíveis), os estoques locais do grão foram reduzidos a patamares criticamente baixos. A partir de agosto, a já aquecida disputa pela matéria-prima disponível no mercado interno acirrou-se, e, na primeira semana de outubro, pela primeira vez na história, os preços romperam a marca de R\$ 150,00 por saca em diversas praças do interior do Estado. Os principais fatores que sustentaram essa alta nos preços da *commodity* são exógenos ao mercado gaúcho — redução da produção norte-americana, desvalorização cambial, demandas brasileira e internacional firmes, menor nível de estoques de passagem das últimas duas décadas no Brasil —, mas a estiagem contribuiu para o agravamento da situação local. A escassez de matéria-prima e a alta nos preços internos serviram de justificativa para que o Governo Federal reduzisse, temporariamente, o percentual de mistura do biodiesel — fabricado principalmente a partir da soja — no *diesel* fóssil comercializado no Brasil. A indústria gaúcha, que responde por cerca de 27% da produção nacional do biocombustível, foi diretamente afetada.

O arroz foi a única das principais culturas de verão que registrou incremento de produção na safra 2019/2020 no Rio Grande do Sul (8,3% em relação a 2019). Por adotar sistemas de cultivo com irrigação por alagamento, foi possível atingir um nível de produtividade acima da média histórica, apesar da estiagem. Após diversos anos amargando prejuízos com a cultura, em 2020 os produtores alcançaram margens positivas de rentabilidade, garantidas pela alta nos preços. A partir de março, os preços pagos ao produtor iniciaram uma sustentada trajetória de alta, que se acentuou em agosto e setembro, quando foram atingidos picos históricos medidos em termos reais. Na primeira semana de outubro, segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater-RS), a saca de arroz era vendida, em média, por R\$ 103,01, valor 125,6% superior ao praticado em igual período de 2019. De janeiro a setembro, a quantidade embarcada de arroz para o exterior superou 1,1 milhão de toneladas (alta de 69% em relação a 2019), maior volume da série histórica. No mercado interno, em um contexto de distanciamento social, ocorreram mudanças nos hábitos de trabalho e de consumo da população, com destaque para o crescimento da demanda alimentar atendida via preparação no domicílio. Algumas evidências sugerem que isso favoreceu o aumento do consumo do arroz. Porém, similarmente ao ocorrido na soja, o fator-chave para explicar a alta nos preços foi a desvalorização cambial, além da alta do produto no mercado internacional. Percebendo o momento especialmente favorável no período de entressafra, os orizicultores que dispunham do produto em estoque capitalizaram-se e limitaram as vendas, à espera de preços ainda maiores. Em setembro, a aceleração dos preços ao consumidor levou o Governo Federal a autorizar temporariamente a importação de até 400 mil toneladas de arroz com isenção da Tarifa Externa Comum (TEC). Trata-se de uma medida importante, mas cujo alcance é limitado. Primeiro, porque o seu efeito é retardado no tempo, uma vez que a chegada do produto isento de

tarifa no mercado brasileiro ocorrerá gradualmente, a partir de meados de outubro. Segundo, e principalmente, porque a alta cambial mantém a paridade de importação em um nível elevado de preços, mesmo sem a incidência da tarifa. A tendência é que, na ausência de um movimento consistente de valorização cambial, os preços ao consumidor continuem em patamares elevados até o início da colheita da próxima safra (janeiro de 2021).

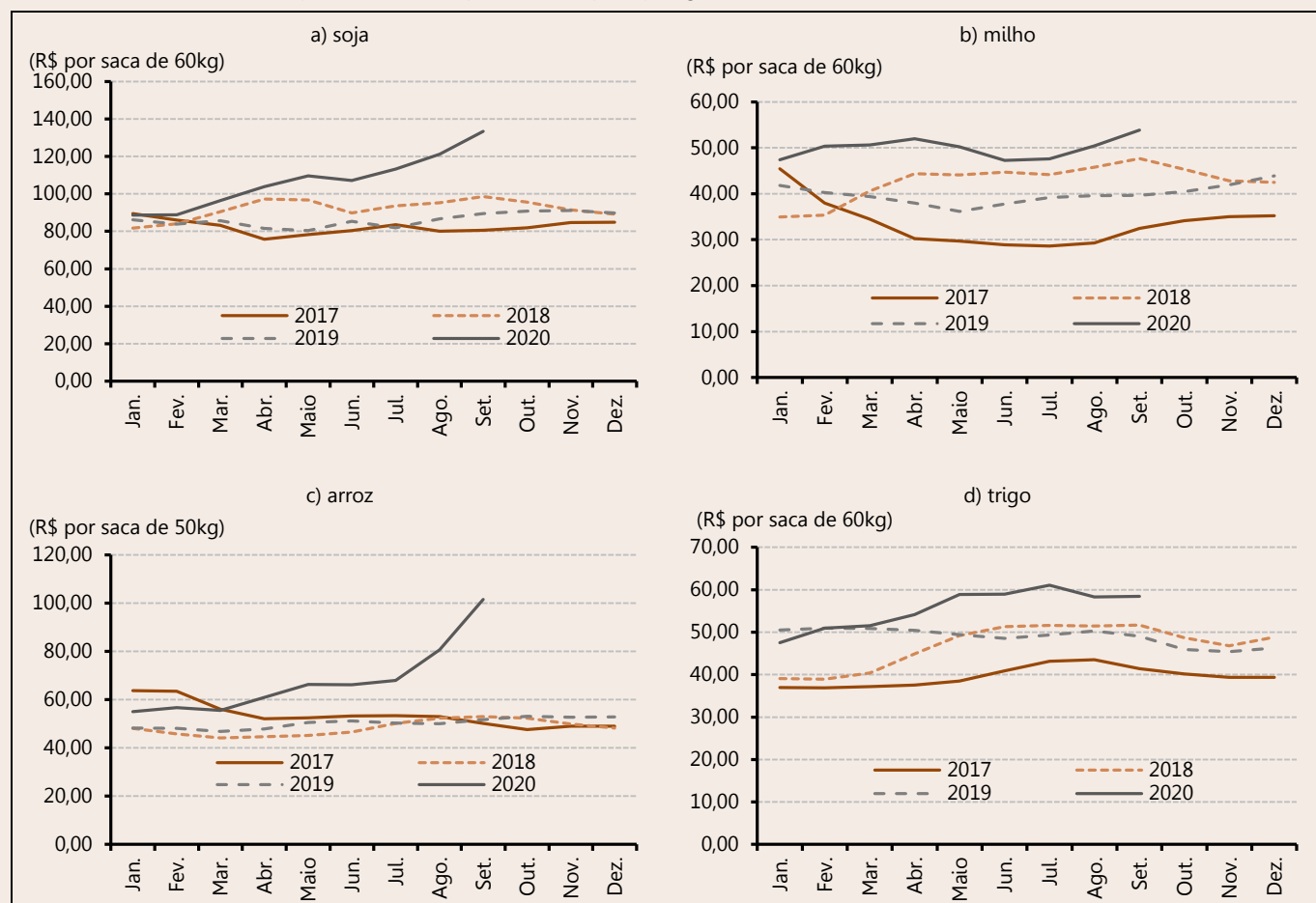
No milho, com a quebra da produção gaúcha (27,7%) e a expansão da demanda dos setores de carnes, aumentou a necessidade de abastecimento do grão a partir da produção de outros estados. No Brasil, apesar da estimativa de produção recorde, em março os preços nominais atingiram o pico histórico, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (Cepea-USP). A partir de abril, a baixa nos preços internacionais contribuiu para o recuo dos preços domésticos, mas ainda com diferenciais positivos em relação às médias nominais dos últimos três anos. A partir de agosto, mesmo com a entrada da segunda safra na Região Centro-Oeste, os preços voltaram a subir, sustentados pelo aumento das cotações internacionais e pela valorização do dólar. Os produtores brasileiros também limitaram a disponibilidade do produto na expectativa de aproveitarem melhores cotações. Ao longo de setembro, foram renovadas as máximas nominais em diversas praças do País. No Rio Grande do Sul, segundo a Emater-RS, na primeira semana de outubro, o preço da saca do milho atingiu a média de R\$ 59,34, valor 77,5% superior ao registrado em igual período de 2019. A alta nos preços do milho e da soja, principais componentes da ração animal, impuseram desafios à indústria da carne. Especialmente para o frango, as margens de rentabilidade do produtor mantiveram-se comprimidas ao longo do ano. Na suinocultura, a partir do segundo semestre, a alta nos preços recebidos superou a dos custos de produção, criando margens favoráveis. Em outubro, a alta nos preços dos principais grãos que compõem a ração animal levou as representações institucionais da indústria de carnes a reivindicar a isenção da tarifa de importação do milho e da soja, a exemplo do ocorrido para o arroz. O pleito foi atendido pelo Governo Federal, mas seu poder também tende a ser restrito para reverter a trajetória dos preços.

No trigo, principal cultura de inverno do Rio Grande do Sul, as condições de mercado assemelham-se parcialmente às do arroz. As cotações internacionais subiram durante o período da pandemia e, com a desvalorização cambial, contribuíram para a formação de preços historicamente elevados no mercado doméstico. É importante lembrar que, para as principais categorias de uso final, o trigo e o arroz são considerados produtos substitutos, com preços positivamente correlacionados. Com o objetivo de conter a alta dos preços dos derivados do trigo no mercado brasileiro, ainda em junho o Governo Federal anunciou a ampliação, até novembro, da cota adicional de importação do cereal com isenção da TEC. Entretanto, os preços do trigo mantiveram-se relativamente firmes, mesmo com a aproximação da colheita no Brasil. A falta de chuvas na Argentina prejudicou o rendimento da cultura em algumas regiões do país vizinho, o que contribuiu para inflar os preços do produto importado a partir do principal fornecedor brasileiro. No Rio Grande do Sul, que é responsável por 37% da oferta nacional, a produção cresceu abaixo do seu potencial (10,6%), considerando o avanço da área plantada em 2020 (22,8%). A cultura sofreu com as fortes geadas ao longo do inverno, que reduziram a produtividade física e limitaram o crescimento do faturamento da atividade. Na primeira semana de outubro, segundo a Emater-RS, o preço médio da saca de trigo estava em R\$ 60,26, valor 48,7% superior ao registrado em igual período de 2019.

Considerando a conjuntura descrita acima para os principais grãos cultivados no Rio Grande do Sul, é possível traçar algumas perspectivas. Com os atuais níveis de estoques de passagem e a evolução das demandas interna e externa, não se identificam no horizonte de curto prazo fontes importantes de pressão de queda nos preços agrícolas. Pelo contrário, a tendência é de persistência dos preços em patamares historicamente elevados, pelo menos até o encerramento do ano e o início da entrada da próxima safra de verão no Brasil. Por um lado, esse movimento traduz-se no encarecimento da cesta de consumo alimentar em um período de grave crise econômica. Por outro, para os produtores, o atual momento é favorável para a comercialização antecipada da safra 2020/2021 e para a expansão da área plantada das principais culturas de verão. No Rio Grande do Sul, as primeiras projeções da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para o próximo ciclo indicam uma expansão de 2,4% na área de arroz, 2,1% na área de milho e estabilidade da área de soja, que, no último ano, foi recorde (CONAB, 2020a). Apesar da frustração da produção da última safra, a expectativa de preços elevados incentiva os produtores a seguirem investindo e a considerarem concretamente a utilização dos instrumentos financeiros (seguro) e tecnológicos (irrigação, cultivares, manejo do solo) disponíveis para mitigar os riscos de produção associados ao clima. Com isso, é possível limitar as perdas econômicas individuais e agregadas na hipótese de uma nova estiagem. Diante da atual conjuntu-

ra, cresce a importância de programas e políticas públicas voltados à expansão sustentável da área irrigada e à adoção das melhores práticas tecnológicas e de gestão na agricultura gaúcha.

Evolução dos preços médios ao produtor dos principais grãos cultivados no Rio Grande do Sul — 2017-2020



Fonte: Conab (2020).

Nota: Preços corrigidos pelo IGP-DI.

PRINCIPAIS INDICADORES MENSAIS

Tabela A.1 - Principais indicadores econômicos do Rio Grande do Sul e do Brasil — abr.-set./2020

	(%)					
DISCRIMINAÇÃO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO
Índice de atividade econômica						
Rio Grande do Sul						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	-6,46	9,37	2,31	2,30	1,33	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	-18,50	-11,60	-5,45	-3,55	-3,09	-
Acumulado em 12 meses	-3,03	-4,46	-4,88	-5,21	-5,30	-
Brasil						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	-9,27	1,68	5,33	3,71	1,06	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	-14,27	-13,55	-6,06	-4,30	-3,92	-
Acumulado em 12 meses	-0,45	-1,99	-2,36	-2,83	-3,09	-
Produção industrial						
Rio Grande do Sul						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	-21,56	17,04	13,19	8,25	5,16	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	-36,08	-27,10	-11,35	-5,79	-1,65	-
Acumulado em 12 meses	-3,65	-7,61	-8,77	-9,44	-9,12	-
Brasil						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	-19,52	8,71	9,73	8,34	3,25	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	-27,58	-21,87	-8,74	-2,78	-2,60	-
Acumulado em 12 meses	-2,89	-5,39	-5,62	-5,67	-5,72	-
Comércio						
Rio Grande do Sul						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	-11,74	26,73	2,23	1,64	3,33	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	-27,80	-9,10	-3,25	-5,08	-1,89	-
Acumulado em 12 meses	-2,18	-3,44	-3,74	-4,71	-4,62	-
Brasil						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	-17,66	15,80	11,76	7,05	4,60	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	-27,44	-15,94	-2,24	1,68	3,85	-
Acumulado em 12 meses	0,78	-1,12	-1,45	-1,91	-1,70	-
Serviços						
Rio Grande do Sul						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	-16,19	5,48	5,80	3,46	0,14	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	-28,05	-24,36	-17,13	-14,42	-15,17	-
Acumulado em 12 meses	-4,80	-7,11	-8,15	-9,10	-10,05	-
Brasil						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	-11,92	-1,22	5,34	2,60	2,92	-
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	-17,32	-19,33	-12,27	-11,91	-10,02	-
Acumulado em 12 meses	-0,66	-2,66	-3,37	-4,53	-5,27	-
Preços						
IPCA-Porto Alegre						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	-0,41	0,54	-0,04	-0,04	-0,01	0,47
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	3,06	3,56	3,63	3,00	2,25	3,16
IPCA						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	0,01	0,19	0,11	-0,04	0,10	0,51
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	3,37	3,22	3,43	2,89	2,54	3,27
IGP-DI						
Taxa de variação contra o mês imediatamente anterior	0,63	-0,01	-0,51	0,50	0,55	0,85
Taxa de variação contra o mesmo mês do ano anterior	6,03	5,55	4,30	2,98	3,28	5,36

Fonte dos dados brutos: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IBGE, 2020e).
 Pesquisa Industrial Mensal (IBGE, 2020h).
 Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE, 2020i).
 Pesquisa Mensal dos Serviços (IBGE, 2020d).
 Banco Central do Brasil (2020).

REFERÊNCIAS

AHIR, H.; BLOOM, N.; FURCERI, D. **The world uncertainty index**. Palo Alto: Stanford mimeo, 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. Brasília, DF: BCB, 2020. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 19 out. 2020.

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 2, n. 3, 2020. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 19 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. **Resultado do Tesouro Nacional**. Brasília, DF: Tesouro Nacional, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/resultado-do-tesouro-nacional-rtn>. Acesso em: 19 out. 2020

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais. **COMEX STAT: exportações e importações geral**. Brasília, DF: Ministério da Economia, 2020a. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 14 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Painel de informações do Novo CAGED: agosto 2020**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, 2020b. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoim2ZiNzk5YzUtODU5OS00YjFmLTk1NjltNDY1M2lwMTJhOTgzliwidCI6ImNmODdjOTA4LTRhNjUtNGRlZS05MmM3LTExZWE2MTVjNjMyZSIsImMiOjR9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749>. Acesso em: 14 out. 2020.

BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. **Gross Domestic Product**. Maryland: BEA, 2020.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **Preços agropecuários: milho**. Piracicaba: CEPEA/Esalq, 2020. Disponível em: <https://cepea.esalq.usp.br/br/indicador/milho.aspx>. Acesso em: 16 out. 2020.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Preços agropecuários: preços médios mensais**. Brasília, DF: CONAB, 2020. Disponível em: <http://sisdep.conab.gov.br/precosiagroweb/>. Acesso em: 15 out. 2020.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da safra brasileira de grãos. v. 8 — safra 2020/21, n. 1 - primeiro levantamento**. Brasília, DF: CONAB, 2020a. Disponível em: https://www.conab.gov.br/component/k2/item/download/33691_e9f77d72678007b625bb15ecd44682ec. Acesso em: 14 out. 2020.

CPB NETHERLANDS BUREAU FOR ECONOMIC POLICY ANALYSIS. **CPB world trade monitor**. Haia: CPB, sep. 2020.

EMATER. **Cotações Agropecuárias nº 2148**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2020. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/precos/preco_09102020.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.

EUROSTAT. **Quarterly national accounts**. Luxembourg: EU, 2020.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL. **Indicadores industriais**. Porto Alegre: FIERGS, 2020.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL. **Índice de confiança do empresário industrial**. Porto Alegre: FIERGS, 2020a.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS E DE SERVIÇOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Intenção de consumo das famílias gaúchas**. Porto Alegre: Fecomércio-RS, 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Comitê de datação dos ciclos econômicos**. Rio de Janeiro: FGV, 2020. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/codace>. Acesso em: 19 out. 2020.

IBGE. **Sistema de Contas Nacionais Trimestrais — SCNT**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=resultados>. Acesso em: out. 2020.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Sistema de Contas Nacionais Trimestrais — Referência 2010 - 2º trimestre 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/cnt/brasil>. Acesso em: 19 out. 2020.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Pesquisa Industrial Mensal-produção física**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3653>. Acesso em: 19 out. 2020.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Pesquisa Mensal de Comércio**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3419>. Acesso em: 19 out. 2020.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Pesquisa Mensal de Serviços**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020d. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6442>. Acesso em: 19 out. 2020.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo — IPCA**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020e. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060>. Acesso em: 19 out. 2020.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua: divulgação trimestral — 2.º trimestre de 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020f. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 14 out. 2020

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Levantamento sistemático da produção agrícola — setembro de 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020g. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/lspa/rio-grande-do-sul>. Acesso em: 14 out. 2020.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Pesquisa Industrial Mensal-produção física — PIM-PF Regional**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020h. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pim-pf-regional/tabelas>. Acesso em: 14 out. 2020.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Pesquisa Mensal do Comércio — PMC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020i. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pmc/tabelas>. Acesso em: 14 out. 2020.

IBGE. **Sistema de Contas Nacionais Trimestrais — SCNT: tabelas - 2º trimestre 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020j. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2020_2tri.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.

IBGE. **Contas Nacionais Trimestrais: indicadores de volume e valores correntes**. Rio de Janeiro: IBGE, abr./jun. 2020k. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2020_2tri.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS. **Agregados macroeconómicos**. Buenos Aires: INDEC, 2020. Disponível em: <https://www.indec.gov.ar/indec/web/Nivel4-Tema-3-9-47>. Acesso em: out. 2020.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **ILO monitor: COVID-19 and the world of work**. Geneva: ILO, sep. 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World economic outlook: a long and difficult ascent**. Washington, DC: IMF, 2020.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. **Quarterly data**. Pequim: NBS, 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. **Receita dados**. Porto Alegre: SEFAZ, 2020. Disponível em: <http://receitadados.fazenda.rs.gov.br/dados-abertos/arrecada%3%a7%3%a3o>. Acesso em: 14 out. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **PIB RS trimestral**. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2020a. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/pib-trimestral>. Acesso em: 14 out. 2020.

WORLD BANK. **World Bank commodity price data**. Washington, DC: World Bank, oct. 2020.



NOVAS FAÇANHAS

NO PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO

dee.rs.gov.br